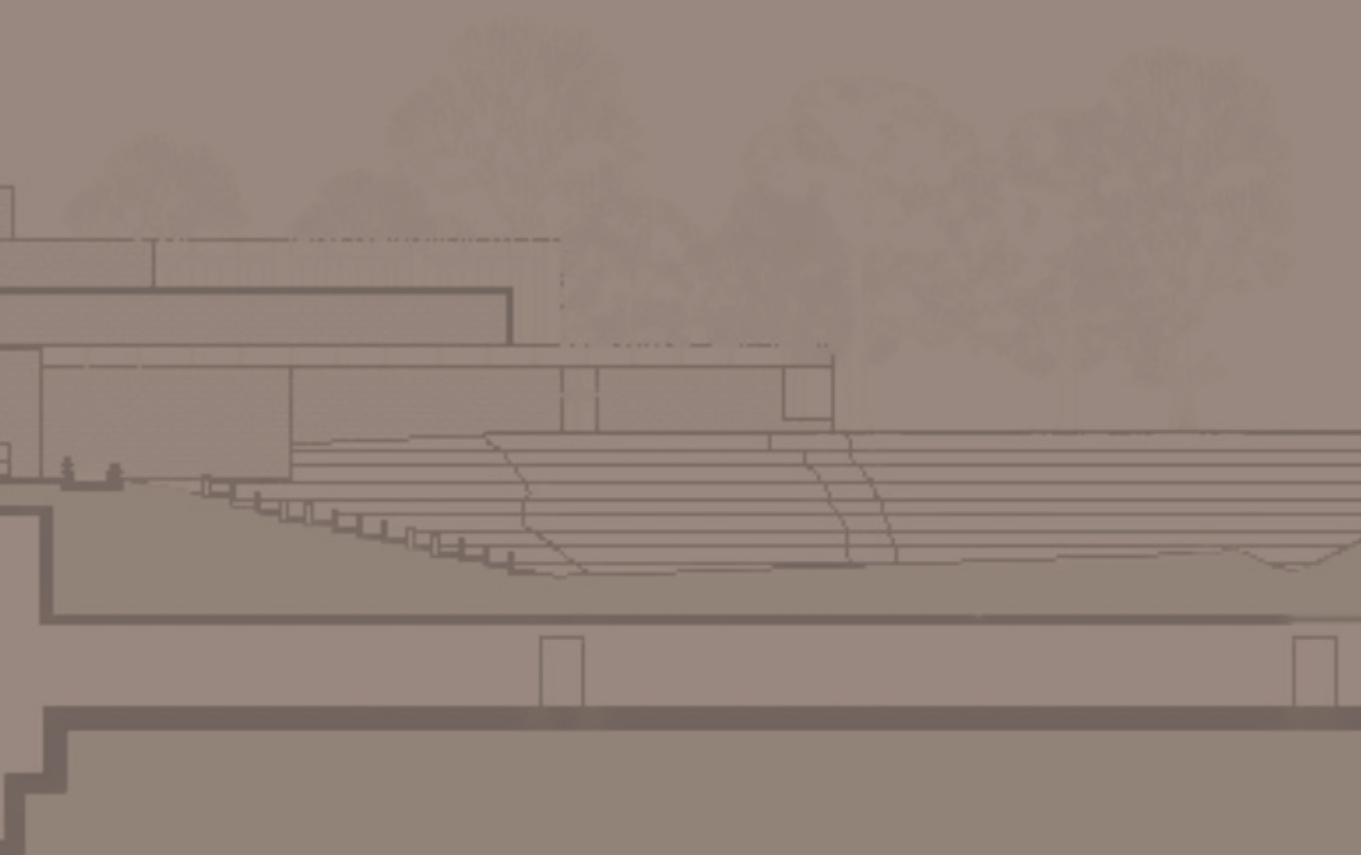


## II. Situação Económico-Financeira Demonstrações Financeiras

Esta parte do Relatório respeita à situação económico-financeira da Instituição, através da publicação dos respectivos Balanços e Contas e do Relatório dos Auditores.



## Situação Económico-Financeira

### Situação financeira

A estimativa de crescimento real da economia mundial em 2008 foi de 2,9 por cento, com as economias avançadas a registarem uma taxa de progressão média de zero por cento. O aumento da taxa real do PIB nos Estados Unidos foi de 1,1 por cento, uma percentagem inferior à verificada no ano de 2007; as economias da Ásia cresceram 1,5 por cento; o PIB japonês diminuiu em 0,6 por cento; o crescimento da Zona Euro foi de 0,9 por cento, o que constitui uma redução significativa em comparação com 2007.

A taxa de inflação para o consumidor nos Estados Unidos subiu para 3,8 por cento e na Zona Euro para 3,3 por cento.

A crise do crédito que se iniciou em Agosto de 2007 alargou-se e aprofundou-se durante 2008, tendo-se transformado numa recessão global, em especial com a degradação da confiança que se seguiu à falência da Lehman Brothers. Os governos têm adoptado fortes medidas para tentar limitar os efeitos da recessão nas suas economias mas espera-se que os seus efeitos continuem, pelo menos, até 2010. A inflação, pelo contrário, não deverá no imediato constituir um problema.

Os mercados de acções caíram no princípio de 2008 e, depois de recuperarem a meio do ano, caíram vertiginosamente entre Setembro e Novembro. O *bear market* registou o pior desempenho desde antes da II Guerra Mundial. Todos os sectores dos mercados de acções foram afectados mas as empresas financeiras foram as que apresentaram os piores resultados. Em euros, o índice MSCI World caiu 39,5 por cento em 2008, enquanto o S&P500 caiu 35,8 por cento, o DJ Stoxx 50 44,4 por cento e o PSI 20 51,3 por cento. O índice do EMU Global Government bonds subiu 9,4 por cento.

Em 2008, a Reserva Federal dos Estados Unidos reduziu as taxas de curto prazo de 3 por cento, no início do ano, para 0,25 por cento, no final. O Banco Central Europeu foi bastante menos agressivo, reduzindo a *repo rate* apenas de 4 para 2,5 por cento ao longo do ano. A taxa de juro das obrigações das empresas subiu drasticamente devido à desconfiança sobre a capacidade de pagamento dos credores em mercados muito turbulentos.

### Carteira de investimentos

Em 2008, o retorno total obtido pela carteira de investimentos da Fundação foi negativo em 18,5 por cento. Embora esta rentabilidade tenha sido substancialmente melhor do que a que se podia esperar tendo em conta os índices, afectou gravemente os retornos de longo prazo da carteira. No princípio de cada ano, a Fundação estabelece um objectivo de retorno total para os seus gestores. Este objectivo é calculado de forma a permitir: i) manter o poder de compra da carteira de investimentos no médio e no longo prazo, ii) assegurar uma apreciação real da carteira alinhada com o crescimento da economia e iii) assegurar os fundos necessários para o orçamento

da Fundação. O seu cálculo é baseado em previsões económicas, incluindo a inflação e o crescimento real das principais economias.

Tal como em anos anteriores, a variação nos retornos obtidos pelos diferentes gestores da Fundação foi considerável, embora todos tivessem o mesmo objectivo e as mesmas directrizes de investimento. Cada gestor tem o seu estilo próprio e a variação nos retornos depende da capacidade de cada um para antecipar ou reagir perante as mudanças nos mercados. Dois dos gestores conseguiram pequenos retornos positivos em 2008. Todos os restantes gestores tiveram retornos negativos que variaram de 8 por cento a 29 por cento. Por seu turno, alguns investimentos em imobiliário e *private equity* tiveram retorno positivo.

A distribuição da carteira por principais classes de activos, em 31 de Dezembro de 2008, era a seguinte:

Acções	27 por cento
Obrigações	49 por cento
Liquidez	16 por cento
Imobiliário e outros investimentos	6 por cento
Moeda ( <i>Currency hedges</i> )	2 por cento
	<hr/>
	100 por cento

Esta alocação dos activos traduzia uma abordagem muito mais defensiva do que a verificada no final de 2007; no decurso de 2008, o investimento em acções foi diminuindo enquanto que o das obrigações foi aumentando. A liquidez e as obrigações destinam-se a reduzir a volatilidade e o risco da carteira.

## Interesses petrolíferos

Os preços *spot* do petróleo *brent* diminuíram cerca de 55 por cento durante 2008, de USD 94, no início do ano, para USD 42, no final. O preço médio, de USD 97, no entanto, foi mais elevado do que em 2007 (USD 73). O preço mais alto de 2008, de USD 146, foi significativamente superior ao equivalente em 2007 bem como ao preço mais alto alguma vez registado.

O Grupo Partex obteve um aumento de 41 por cento no valor das vendas de petróleo e gás.

As participações em empresas petrolíferas foram reavaliadas ao justo valor, em 31 de Dezembro de 2008, por um banco de investimento, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro. Estas participações foram avaliadas ao justo valor, pela primeira vez, em 2001 e os actuais valores líquidos foram recalculados pelo final de cada ano para assegurar a sua razoabilidade.

O contrato da GASCO no Abu Dhabi, que terminou em 30 de Setembro de 2008, foi renovado por mais vinte anos. Os termos da renovação, que é muito importante para o fluxo de produtos da Partex, são, todavia, menos atractivos do que os anteriores, pelo que a Partex teve de fazer uma provisão de imparidade que acompanhasse o valor justo mais baixo desta participação.

Ao longo de 2008, o valor líquido contabilístico consolidado da Partex Oil Gas (Holding) Corporation aumentou, em USD, 4,6 por cento. Devido à apreciação do USD contra o Euro, o aumento em Euros foi de 10,7 por cento.

No fim de 2008, as concessões do Grupo em Angola, em Portugal e no Brasil continuaram numa fase de exploração enquanto no Cazaquistão o plano de desenvolvimento no campo Dunga (*full field development plan*) está a ser implementado.

O Grupo Partex Oil Gas (Holding) Corporation pagará à Fundação um dividendo de USD 42 500 000 relativo aos resultados líquidos em 2008 (USD 32 400 000 em 2007).

A reinterpretção de algumas das normas internacionais de relato financeiro resultou no ajustamento de alguns dos números do relatório de 2007.

## Actividades e indicadores

Os dados relativos à execução do Orçamento e Plano de Actividades da Fundação no exercício de 2008 revelam, em síntese, o seguinte:

- ▶ A execução orçamental cumpriu globalmente as previsões iniciais, apesar de ter havido um conjunto de encargos não previstos, designadamente os associados às mudanças de instalações das delegações no estrangeiro.
- ▶ Uma linha extra-orçamental de 1 milhão de euros, votada pelo Conselho de Administração quando da aprovação do Orçamento inicial, permitiu cobrir os encargos com quatro acções extraordinárias: a renovação da loja do Museu Calouste Gulbenkian, o lançamento do Programa Gulbenkian Educação para a Cultura – *Descobrir*, a concretização inicial das recomendações do Estudo da McKinsey e trabalhos preparatórios da renovação do Centro de Arte Moderna.
- ▶ O nível de actividade da Fundação ficou marcado pelo reforço da actividade distributiva (subsídios, bolsas de estudo e prémios), que cresceu 2 por cento e pela redução das iniciativas próprias que registaram um decréscimo de 7,5 por cento, face ao ano anterior, como resultado, sobretudo, do termo das Comemorações do Cinquentenário.
- ▶ A execução dos custos com pessoal ficou dentro das disponibilidades orçamentais, gerando mesmo um pequeno saldo positivo. Relativamente ao ano anterior, os encargos com o pessoal no activo aumentaram 2,9 por cento e os custos com pensionistas aumentaram 1,6 por cento, em parte como consequência do efeito da actualização da tabela salarial em 2 por cento. Verificou-se uma diminuição de 16 pessoas no número de activos (sendo que houve uma redução de 9 efectivos e de 7 contratados a prazo) e uma redução de 6 pensionistas. No final de 2008, havia 524 activos e 1 036 pensionistas.
- ▶ Os custos de estrutura relativos a investimento baixaram cerca de 7,8 por cento relativamente ao ano anterior, traduzindo um abrandamento deliberado na realização de grandes obras de remodelação das estruturas físicas, sem contudo prejudicar a prossecução de vários projectos de modernização, designadamente ao nível dos sistemas informáticos. No entanto, os custos de investimento ultrapassaram o orçamento em cerca de 8 por cento, por causa da realização da obra de requalificação da Zona do Subpalco, que não tinha sido prevista.
- ▶ Os custos de estrutura relativos ao funcionamento apresentam uma tendência decrescente. A redução de 1 por cento, verificada em relação ao ano anterior, teria sido maior se não tivessem

ocorrido as despesas extraordinárias assinaladas. Estima-se que os custos de funcionamento com carácter mais permanente tenham sofrido uma redução significativa.

› Os proveitos subiram, quer em relação a 2007 quer ao previsto no Orçamento.

As participações externas, designadamente para projectos de investigação científica, continuam a ser a parcela mais significativa dos proveitos. As outras fontes de proveito tiveram algumas oscilações relativamente ao padrão do passado – de notar o aumento da importância das receitas de bilheteiras (concertos, museus e exposições) e uma redução da venda de publicações.

› A distribuição pelas finalidades estatutárias apresentou uma estrutura semelhante à do ano anterior: Beneficência – 11,8 por cento, Arte – 40,2 por cento, Educação – 28,4 por cento e Ciência – 19,6 por cento. Contudo, verificou-se uma redução de 1,6 pontos percentuais na finalidade Arte e de 0,7 pontos percentuais na finalidade Educação; as finalidades Beneficência e Ciência tiveram aumentos de 0,2 e 2,1 pontos percentuais, respectivamente.

› Houve um reforço significativo das intervenções lançadas sob a forma de programas. Prosseguiu-se com os Programas Gulbenkian “Língua Portuguesa”, “Ajuda ao Desenvolvimento” e “Ambiente” e foram criados quatro novos programas: “Distância e Proximidade”, “Formação Médica Avançada”, “Combate ao Insucesso e Abandono Escolares” e “Educação para a Cultura”. Foi concluído, conforme previsto, o Programa Gulbenkian Criatividade e Criação Artística.

› No âmbito dos Projectos Transversais e Inovadores, foi dada continuidade ao “Programa Interuniversitário de Reforço da Capacidade Científica” e criada uma nova intervenção designada “Envelhecimento e Saúde”. Foi concluído o projecto “SAUDAR – A Saúde e o Ar Que Respiramos”.

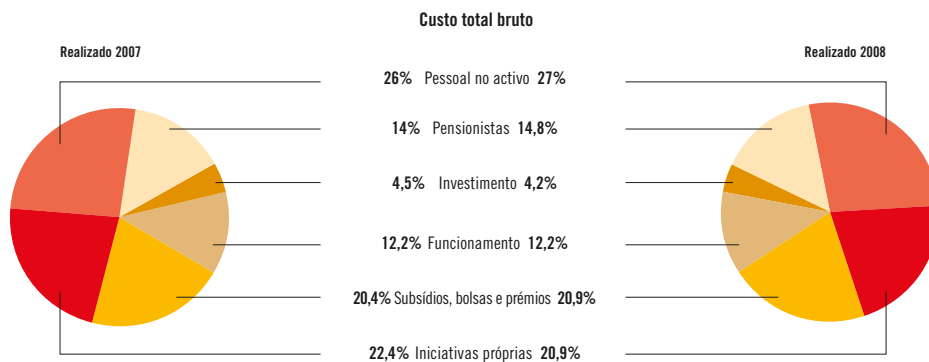
A estrutura de custos e de proveitos da Fundação sofreu pequenas alterações nos dois últimos anos. A comparação entre os vários tipos de custos e os proveitos está patente no quadro seguinte.

Verifica-se um pequeno aumento do peso relativo dos custos com o pessoal no activo (de 26 por cento para 27 por cento) e uma quase estabilização do peso dos custos com pensionistas. No que respeita às actividades, é de assinalar que o peso relativo dos subsídios, bolsas de estudo e prémios se manteve praticamente ao mesmo nível (20,9 por cento), enquanto a participação das iniciativas próprias diminuiu (de 22,4 por cento para 20,9 por cento).

O funcionamento manteve o seu peso na estrutura de custos (12,2 por cento) e o investimento baixou ligeiramente a sua importância, passando para 4,2 por cento.

## Custos e proveitos realizados

Custos e proveitos	Euros			
	Realizado	Realizado	Variação	
	2007	2008	V. Absoluta	%
	1	2	3=2-1	4=2/1
Custos com pessoal no activo	30 186 199	31 061 535	875 336	2,9
Custos de estrutura	19 430 843	18 899 623	-531 220	-2,7
› Investimento	5 260 513	4 850 017	-410 496	-7,8
› Funcionamento	14 170 330	14 049 606	-120 724	-0,9
Subsídios, bolsas e prémios	23 583 133	24 054 508	471 375	2,0
Iniciativas próprias	26 028 133	24 083 833	-1 944 300	-7,5
Custos com pensionistas	16 786 962	17 058 029	271 067	1,6
<b>Custo total bruto</b>	<b>116 015 270</b>	<b>115 157 528</b>	<b>-857 742</b>	<b>-0,7</b>
Proveitos (-)	9 842 584	11 781 466	1 938 882	19,7
<b>Custo total líquido</b>	<b>106 172 686</b>	<b>103 376 062</b>	<b>-2 796 624</b>	<b>-2,6</b>



## Repartição de custos entre Portugal e o estrangeiro

A repartição de custos, considerando a actividade da Fundação em Portugal e no estrangeiro foi semelhante à do ano anterior: 83 por cento no País e 17 por cento no estrangeiro.

## Rateio de custos comuns

Após o encerramento das contas, os custos comuns – suportados pelos Serviços Centrais, Contabilidade, Finanças e Investimentos, Comunicação e SOPC, bem como os encargos com o Conselho de Administração – foram repartidos pelos outros Serviços e Programas, para permitir avaliar o custo real das actividades.

Como resultado deste rateio, os custos dos Serviços com actividades directas representam 56 por cento do total, enquanto os custos dos Serviços com actividades distributivas representam 33 por cento. A expressão relativa do conjunto dos Projectos e Programas, após rateio, é de 9 por cento.

## Pessoal no activo e pensionistas

Os movimentos de pessoal no activo, verificados ao longo do ano, cifraram-se na diminuição de 16 pessoas, correspondendo a menos nove pessoas ao serviço nos Quadros Geral e Artístico e de menos sete contratados a termo.

Quanto ao número de pensionistas, verificou-se uma redução de seis pessoas.

<i>Pessoal e pensionistas</i>	<i>31.12.2007</i>	<i>31.12.2008</i>	<i>Varição</i>
<b>Pessoal ao serviço</b>	<b>540</b>	<b>524</b>	<b>-16</b>
› Efectivos	523	514	-9
› Contratados	17	10	-7
<b>Pensionistas</b>	<b>1 042</b>	<b>1 036</b>	<b>-6</b>
› Pré-Reformas	72	68	-4
› Reformas antecipadas	249	254	5
› Reformas por velhice / invalidez	522	515	-7
› Pensões de sobrevivência	199	199	0
<b>TOTAL</b>	<b>1 582</b>	<b>1 560</b>	<b>-22</b>

Fonte: SRH.

## Actividade da Fundação em 2008

A importância e a diversidade das actuações da Fundação – as quais contemplam duas vertentes distintas: a concessão de subsídios, bolsas de estudo e prémios e a realização de iniciativas próprias – e o seu impacto em termos de beneficiários, número de eventos e meios financeiros envolvidos, está bem patente nos quadros que seguem:

<i>Actividades distributivas</i>	<i>N.º</i>	<i>Custo directo</i>
Subsídios	1 604	14 732 073
Bolsas de estudo	5 810	8 052 440
Prémios	6	350 000
Despesas associadas	–	2 742 620

<i>Iniciativas</i>	<i>Acontecimentos</i>	<i>Custo directo</i>
	<i>N.º</i>	
Exposições	21	2 548 306
Concertos (n.º de sessões)	173	12 401 035
Cinema e outros espectáculos (n.º de sessões)	23	23 408
Publicações	119	2 551 535
Colóquios e conferências	271	1 342 626
Actividades educativas	2 829	1 155 279
Cursos de formação	85	814 490
Projectos	183	4 444 093
Aquisição de obras de arte	10	366 481
Outras iniciativas	–	1 160 306



<b>Actividades permanentes</b> [Museus, bibliotecas e instituições]	<b>Visitantes / Utentes</b>	<b>Custo directo</b>
	<b>N.º</b>	<b>Euros</b>
Museu Calouste Gulbenkian	169 566	2 617 121
Centro de Arte Moderna	66 792	2 043 193
Instituto Gulbenkian de Ciência	–	5 451 880
Biblioteca de Arte	3 901	2 229 977
Biblioteca do Centro Cultural de Paris	1 214	429 740

## Beneficiários e acontecimentos

O impacto das actividades desenvolvidas pela Fundação, medido através dos indicadores físicos, ficou aquém do conseguido no ano anterior, em virtude do elevado número de eventos realizados por ocasião das Comemorações do Cinquentenário.

<b>Público beneficiário</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Variação</b>
	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>	<b>%</b>
Beneficiários de subsídios	1 870	1 604	-14
Bolseiros	5 959	5 810	-3
Visitantes dos museus	266 572	236 358	-11
Visitantes das exposições temporárias	403 739	222 568	-45
Presenças nos concertos	156 421	128 744	-18
Presenças nos espectáculos de cinema e outros	29 473	4 938	-83
Presenças nas actividades educativas	77 071	66 603	-14
Leitores / Utilizadores de bibliotecas e arquivos	5 722	5 115	-11

<b>Acontecimentos</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Variação</b>
	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>	<b>N.º</b>
Exposições temporárias	37	21	-16
Concertos (n.º de sessões)	184	173	-11
Cinema e outros espectáculos (n.º de sessões)	112	23	-89
Publicações*    > Edições	137	119	-18
> Exemplares	197 830	119 634	-78 196
Colóquios e conferências	160	271	111
Actividades educativas	3 124	2 829	-295
Cursos de formação	64	85	21
Prémios	9	6	-3
Projectos	184	183	-1
Aquisição de obras de arte	12	10	-2

\* Valores ajustados em 2007, por mudança de critério relativamente à Newsletter.

## Custo das actividades

A evolução dos meios financeiros afectos ao desenvolvimento das várias actividades, nos dois últimos anos, é apresentada nos quadros que seguem:

<i>Actividades distributivas</i>	2007	2008	Variação
	Euros	Euros	%
Subsídios	15 765 869	14 732 073	-7
Bolsas de estudo	7 289 264	8 052 440	10
Prémios	528 000	350 000	-34
Despesas associadas	2 492 275	2 742 620	10

<i>Iniciativas</i>	2007	2008	Variação
	Euros	Euros	%
Exposições	3 775 290	2 548 306	-33
Concertos	12 178 802	12 401 035	2
Cinema e outros espectáculos	948 322	23 408	-98
Publicações	3 082 389	2 551 535	-17
Colóquios e conferências	1 531 712	1 342 626	-12
Actividades educativas	987 170	1 155 279	17
Cursos de formação	752 891	814 490	8
Projectos	3 823 585	4 444 093	16
Aquisição de obras de arte	205 076	366 481	79
Outras iniciativas	1 441 793	1 160 306	-20

<i>Actividades permanentes</i> [Museus, bibliotecas e instituições]	2007	2008	Variação
	Euros	Euros	%
Museu Calouste Gulbenkian	2 567 286	2 617 121	2
Centro de Arte Moderna	2 125 845	2 043 193	-4
Instituto Gulbenkian de Ciência	4 970 729	5 451 880	10
Biblioteca de Arte	2 114 190	2 229 977	5
Biblioteca do Centro Cultural de Paris	711 115	429 740	-40

## **Demonstrações Financeiras Consolidadas**

### **Exercício de 2008**

#### **Nota prévia**

O presente Documento, tem uma apresentação diferente dos apresentados nos anos anteriores, consequência das:

- › Alterações impostas pelas “Normas Internacionais de Relato Financeiro” (IFRS);
- › Correções efectuadas às contas do exercício de 2007, devido à reinterpretação de algumas normas contabilísticas, conforme referido na Nota 32.

Quanto à primeira questão, na Demonstração das operações o Retorno financeiro deixa de ser apresentado desagregando os proveitos e os custos, aparecendo os valores, em termos líquidos, com a denominação de “Resultados de activos e passivos”, a fim de que a sua leitura se encontre de acordo com a apresentação do Balanço, aparecendo a desagregação em termos de proveitos e custos na respectiva Nota. No Balanço, a rubrica Investimentos, quer no activo não corrente quer no activo corrente, passa a designar-se por “Activos financeiros”.

Relativamente à segunda questão, as correcções efectuadas decorrem, por um lado, da participação no “Mukhaizna Oil Field”, que se encontrava registada ao justo valor, estando agora reconhecida ao custo e, como tal, registada no activo fixo tangível; e por outro, do valor dos adiantamentos de longo prazo, sem juro, efectuados nos interesses petrolíferos em Omã e no Abu Dhabi, que foram actualizados à taxa de juro de mercado no momento em que os mesmos foram efectuados.

#### **Análise às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

No exercício de 2008, o património líquido representado pelo fundo de capital atingiu 2 396,4 milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de 378,8 milhões de euros (-13,6 por cento) em relação ao ano anterior.

O Balanço apresenta em 31 de Dezembro de 2008, um total do activo de 2 737,2 milhões de euros, o que representa uma redução de 380,7 milhões de euros (-12,2 por cento) em relação ao final de 2007. Para este valor contribuíram, fundamentalmente, os seguintes factores:

- › A carteira de investimentos financeiros – Activos financeiros correntes e Outras aplicações de tesouraria – no montante de 1 725,5 milhões de euros, que apresentou um decréscimo de cerca de 470,9 milhões de euros (-21 por cento) relativamente a 2007, resultado da crise financeira mundial e da consequente queda acentuada das bolsas internacionais;
- › Os investimentos nos interesses no sector da energia – incluídos em Activos financeiros não correntes, activos fixos tangíveis e intangíveis e adiantamentos – no valor de 690,2 milhões de euros, representando um acréscimo de 82,0 milhões de euros (13,5 por cento) relativamente a 2007, para o que também contribuiu a ligeira apreciação do USD face ao Euro.

O passivo passou de 342,7 milhões de euros em 2007 para 340,7 milhões de euros em 2008, devido, fundamentalmente, à redução do valor das provisões, em 14,1 milhões de euros, no passivo de longo prazo, que compensou o aumento do passivo de curto prazo em cerca de 11,1 milhões de euros.

Relativamente à Demonstração das operações, o retorno total passou de 206,5 milhões de euros em 2007 para -329,2 milhões de euros em 2008. Deste montante, o retorno financeiro representou cerca de -425,2 milhões de euros (2007: 141,3 milhões de euros), e o retorno das actividades petrolíferas 95,9 milhões de euros (2007: 65,2 milhões de euros).

O valor dos outros proveitos situou-se em 21,5 milhões de euros, um aumento de cerca de 10,2 milhões de euros em relação ao ano anterior.

Os recursos afectos à distribuição e actividades directas foram de 75,6 milhões de euros, menos 2,6 milhões de euros do que em 2007 e os custos administrativos e operacionais passaram de 33,9 milhões de euros em 2007 para 32,9 milhões de euros em 2008.

19 de Maio de 2009

## Demonstrações Financeiras

Demonstração consolidada das operações  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

		(10 <sup>3</sup> Euros)	
	Notas	2008	2007
Vendas de petróleo e gás		1 022 254	771 933
Custo das vendas		(961 333)	(728 977)
Outros rendimentos do petróleo e gás	3	34 997	22 245
<b>Retorno das actividades petrolíferas</b>		<b>95 918</b>	<b>65 201</b>
Resultados de activos e passivos financeiros correntes		(411 815)	110 016
Resultados de activos financeiros não correntes		1 555	9 681
Resultados de adiantamentos		2 224	1 668
Outros resultados financeiros		(17 115)	19 899
<b>Retorno financeiro</b>	4	<b>(425 151)</b>	<b>141 264</b>
Outros proveitos	5	21 523	11 301
Distribuição e actividades directas	6	(75 551)	(78 212)
Outros custos administrativos e operacionais	7	(32 818)	(33 903)
Benefícios a empregados	9	(3 149)	(12 950)
Provisões	10	(346)	–
Imparidade	11	(6 702)	(14 570)
Amortizações e depreciações	12	(8 219)	(10 498)
Impostos e taxas		(18)	(16)
<b>Transferência para o fundo de capital</b>		<b>(434 513)</b>	<b>67 617</b>

 Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

## Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(10<sup>3</sup> Euros)

	Notas	2008	2007
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos intangíveis	13	85 989	83 486
Activos fixos tangíveis	14	84 974	61 956
Activos financeiros não correntes	15	547 310	484 758
Adiantamentos	15	69 350	59 560
		<b>787 623</b>	<b>689 760</b>
<b>Activo corrente</b>			
Activos financeiros correntes	17	1 499 604	2 074 741
Outras aplicações de tesouraria	18	225 883	121 615
Inventários	19	15 157	1 697
Devedores	20	78 968	125 919
Caixa e equivalentes de caixa	21	129 942	104 162
		<b>1 949 554</b>	<b>2 428 134</b>
<b>Total do activo</b>		<b>2 737 177</b>	<b>3 117 894</b>
<b>FUNDO DE CAPITAL</b>			
Capital recebido do Fundador	22	11 747	11 747
Reservas	23	2 819 201	2 695 864
Transferência para o fundo de capital		(434 513)	67 617
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>2 396 435</b>	<b>2 775 228</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	24	208 423	222 458
Credores e outros passivos	25	1 006	-
		<b>209 429</b>	<b>222 458</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Passivos financeiros correntes	17	25 121	4 634
Subsídios e bolsas	26	7 814	6 989
Credores e outros passivos	27	98 378	108 585
		<b>131 313</b>	<b>120 208</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>340 742</b>	<b>342 666</b>
<b>Total do fundo de capital e passivo</b>		<b>2 737 177</b>	<b>3 117 894</b>

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(10<sup>3</sup> Euros)

	Notas	2008	2007
<b>Actividades operacionais</b>			
Recebimentos de actividades petrolíferas e de gás		93 403	64 182
Realizações/investimentos em activos financeiros correntes		183 809	120 751
Distribuição e actividades directas		(71 875)	(76 671)
Pagamentos de pensões		(16 780)	(16 523)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(26 783)	(12 534)
<b>Fluxo gerado pelas actividades operacionais</b>		<b>161 774</b>	<b>79 205</b>
<b>Actividades de investimento</b>			
Activos financeiros não correntes		(43 592)	(33 571)
Dividendos		30 477	22 489
Aquisições de imobilizado		(41 978)	(28 681)
Outros recebimentos/(pagamentos)		23 367	(30 156)
<b>Fluxo gerado pelas actividades de investimento</b>		<b>(31 726)</b>	<b>(69 919)</b>
Variação líquida em caixa e equivalentes		130 048	9 286
Caixa e equivalentes no início do exercício		225 777	216 491
Caixa e equivalentes no fim do exercício		355 825	225 777
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	21	75	57
Depósitos	21	129 867	104 105
Outras aplicações de tesouraria	18	225 883	121 615
		<b>355 825</b>	<b>225 777</b>

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Mapa dos movimentos consolidados do Fundo de Capital  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(10<sup>3</sup> Euros)

	Total do Fundo de Capital	Capital recebido do Fundador	Diferenças cambiais	Reserva de justo valor	Outras reservas
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2006</b>	2 704 197	11 747	(17 013)	335 149	2 374 314
Reserva de justo valor	42 229	-	-	42 229	-
Diferença cambial	(38 815)	-	(38 815)	-	-
Transferência para o fundo de capital	67 617	-	-	-	67 617
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2007</b>	2 775 228	11 747	(55 828)	377 378	2 441 931
Reserva de justo valor	30 713	-	-	30 713	-
Doações	36	-	-	-	36
Diferença cambial	24 971	-	24 971	-	-
Transferência para o fundo de capital	(434 513)	-	-	-	(434 513)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	2 396 435	11 747	(30 857)	408 091	2 007 454

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.



Demonstração individual das operações  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

		(10 <sup>3</sup> Euros)	
	Notas	2008	2007
Resultados de activos e passivos financeiros correntes		(411 815)	110 016
Resultados de activos financeiros não correntes		31 488	22 874
Outros resultados financeiros		420	(4 434)
<b>Retorno financeiro</b>	4	<b>(379 907)</b>	<b>128 456</b>
Outros proveitos	5	21 523	11 301
Distribuição e actividades directas	6	(75 551)	(78 212)
Outros custos administrativos e operacionais	7	(20 214)	(18 328)
Benefícios a empregados	9	(2 842)	(12 764)
Amortizações e depreciações	12	(2 381)	(2 019)
Impostos e taxas		(18)	(16)
<b>Transferência para o fundo de capital</b>		<b>(459 390)</b>	<b>28 418</b>

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

## Balanço individual em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(10<sup>3</sup> Euros)

	Notas	2008	2007
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	14	20 167	16 902
Activos financeiros não correntes	15	77 231	64 620
Investimentos em empresas subsidiárias	16	766 925	692 806
		<b>864 323</b>	<b>774 328</b>
<b>Activo corrente</b>			
Activos financeiros correntes	17	1 499 604	2 074 741
Outras aplicações de tesouraria	18	225 883	121 615
Devedores	20	55 594	48 278
Caixa e equivalentes de caixa	21	2 209	792
		<b>1 783 290</b>	<b>2 245 426</b>
<b>Total do activo</b>		<b>2 647 613</b>	<b>3 019 754</b>
<b>FUNDO DE CAPITAL</b>			
Capital recebido do Fundador	22	11 747	11 747
Reservas	23	2 844 078	2 735 063
Transferência para o fundo de capital		(459 390)	28 418
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>2 396 435</b>	<b>2 775 228</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	24	203 946	218 251
<b>Passivo corrente</b>			
Passivos financeiros correntes	17	25 121	4 634
Subsídios e bolsas	26	7 814	6 989
Credores e outros passivos	27	14 297	14 652
		<b>47 232</b>	<b>26 275</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>251 178</b>	<b>244 526</b>
<b>Total do fundo de capital e passivo</b>		<b>2 647 613</b>	<b>3 019 754</b>

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008	2007
(10 <sup>3</sup> Euros)			
<b>Actividades operacionais</b>			
Realizações/investimentos em activos financeiros correntes		168 314	106 331
Distribuição e actividades directas		(71 875)	(76 671)
Pagamentos de pensões		(16 553)	(16 284)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(3 778)	(16 041)
<b>Fluxo gerado pelas actividades operacionais</b>		<b>76 108</b>	<b>(2 665)</b>
<b>Actividades de investimento</b>			
Activos financeiros não correntes		(6 169)	(9 429)
Dividendos		51 968	44 498
Aquisições de imobilizado		(8 983)	(4 999)
Outros recebimentos		(7 239)	14 299
<b>Fluxo gerado pelas actividades de investimento</b>		<b>29 577</b>	<b>44 369</b>
Varição líquida em caixa e equivalentes		105 685	41 704
Caixa e equivalentes no início do exercício		122 407	80 703
Caixa e equivalentes no fim do exercício		228 092	122 407
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	21	75	57
Depósitos	21	2 134	735
Outras aplicações de tesouraria	18	225 883	121 615
		<b>228 092</b>	<b>122 407</b>

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Mapa dos movimentos do Fundo de Capital  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(10<sup>3</sup> Euros)

	Total do Fundo de Capital	Capital recebido do Fundador	Reserva de justo valor	Outras reservas
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2006</b>	2 704 197	11 747	652 481	2 039 969
Reserva de justo valor	42 613	-	42 613	-
Transferência para o Fundo de Capital	28 418	-	-	28 418
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2007</b>	2 775 228	11 747	695 094	2 068 387
Reserva de justo valor	80 561	-	80 561	-
Doações	36	-	-	36
Transferência para o Fundo de Capital	(459 390)	-	-	(459 390)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	2 396 435	11 747	775 655	1 609 033

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

# Notas às Demonstrações Financeiras

## Consolidadas e Individuais

### 31 de Dezembro de 2008 e 2007

#### Nota 1

##### *Actividades*

A Fundação Calouste Gulbenkian (“Fundação”) é uma instituição constituída sem fins lucrativos com sede em Lisboa, Portugal. A Fundação foi criada pelo testamento do seu fundador Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian, sendo-lhe atribuído o estatuto de utilidade pública pelo Decreto-Lei n.º 40690, de 18 de Julho de 1956. A acção da Fundação exerce-se através da concessão de subsídios e realização de outras formas de actividade com os seguintes fins estatutários: Arte, Beneficência, Ciência e Educação.

As actividades das empresas subsidiárias estão relacionadas com as suas participações nos interesses petrolíferos e do gás no Médio Oriente, Norte de África, Brasil, Cazaquistão, Angola e Portugal.

#### Nota 2

##### *Políticas contabilísticas*

##### **a) Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Fundação em 21 de Maio de 2009. Estas reflectem os resultados consolidados e individuais das operações da Fundação e das suas subsidiárias, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Fundação agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas

de acordo com as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. As políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais referentes a 31 de Dezembro de 2008 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais anuais com referência a 31 de Dezembro de 2007.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Euros, arredondadas ao milhar mais próximo e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos correntes e não correntes.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as IFRS requer que a Fundação efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras, são apresentados na alínea x).

## **b) Princípios de consolidação**

### *Datas de referência*

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados da Fundação e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota 15, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da Fundação.

### *Participações financeiras em subsidiárias*

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Fundação exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Fundação detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50 por cento.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

### *Entidades conjuntamente controladas*

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo definido por acordo contratual.

As demonstrações financeiras consolidadas integram nas respectivas rubricas de activos, passivos, gastos e réditos as parcelas conjuntamente controladas, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

### *Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira*

As demonstrações financeiras das subsidiárias da Fundação são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da Fundação.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- ▶ Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- ▶ Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- ▶ As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

#### *Contabilização em base individual das participações financeiras em subsidiárias*

Em base individual, os investimentos em entidades subsidiárias que não estejam classificados como detidos para venda, ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda, são reconhecidos ao justo valor, com as variações registadas por contrapartida de reservas de justo valor, sendo sujeitos a testes de imparidade periódicos.

#### *Saldos e transacções eliminados na consolidação*

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

#### **c) Operações em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no fundo de capital, qualquer componente de câmbio desse ganho ou perda deve ser reconhecido directamente no fundo de capital. Pelo contrário, quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer componente de câmbio desse ganho ou perda deve ser reconhecido nos resultados. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros não correntes, as quais são registadas em reservas.

#### **d) Activos intangíveis**

Os activos intangíveis da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Custos de aquisição de direitos e de exploração petrolífera são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da concessão, o qual varia entre 17 e 33 anos.

Os custos incorridos com a aquisição de *software*, sobre os quais é expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos como activos intangíveis. Os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custo quando incorridos.

## e) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição líquido de subsídios recebidos e das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Fundação, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

São efectuados testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Para os imóveis e equipamento de transporte as depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes. Para os restantes bens de imobilizado o custo incorrido é reconhecido no ano de aquisição. As depreciações são calculadas de acordo com os seguintes períodos que reflectem a vida útil esperada:

	Número de anos
Edifícios	50
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento petrolífero	5 a 10
Outro equipamento	1 a 5

As obras efectuadas nos edifícios são depreciadas pelos períodos remanescentes de vida útil dos mesmos.

## f) Coleções de arte

A colecção de arte da Fundação foi doada pelo Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian e está incluída nas Demonstrações Financeiras por um valor simbólico.

As obras de arte adquiridas posteriormente e até ao exercício de 2005, foram totalmente amortizadas no ano de aquisição. A partir do exercício de 2006, são registadas pelo valor de aquisição e sujeitas a testes de imparidade numa base periódica, conforme definido na IAS 36.

## g) Locações

A Fundação classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### *Locações operacionais*

Os pagamentos efectuados pela Fundação à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### *Locação financeira – como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.



## **h) Outros activos financeiros correntes e não correntes**

A Fundação classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

### *Activos financeiros correntes*

Esta categoria inclui i) os activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Fundação designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros correntes quando:

- ▶ tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- ▶ são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- ▶ tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

### *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Fundação tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como activos financeiros correntes ou não correntes.

### *Activos financeiros não correntes*

Os activos financeiros não correntes são activos financeiros não derivados que i) a Fundação tem intenção de manter por tempo indeterminado, ii) são designados como não correntes no momento do seu reconhecimento inicial, ou iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

### *Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: i) activos financeiros correntes, ii) investimentos detidos até à maturidade e iii) activos financeiros não correntes são reconhecidos na data de negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Fundação se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionados dos custos de transacção, excepto nos casos de investimentos correntes, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Fundação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) a Fundação não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

### *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros correntes são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros não correntes são igualmente registados ao justo valor, sendo no entanto as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas no caso de acções, e outros títulos de capital, e em resultados no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos nas demonstrações das operações.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Transferências entre categorias*

De acordo com as exigências da IAS 39, a Fundação não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de investimentos correntes.

#### *Imparidade*

A Fundação avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista a evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- ▶ para títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e
- ▶ para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros não correntes, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de reservas.

#### **i) Passivos financeiros correntes**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro corrente quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

A Fundação designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros correntes como ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a Fundação estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

#### **j) Compensação de instrumentos financeiros**

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **k) Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou, na sua ausência, é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

#### **l) Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos**

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como outras aplicações de tesouraria. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na alínea h). Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

#### **m) Devedores**

O valor de balanço de devedores é analisado anualmente de forma a determinar se existe algum indício de imparidade. Se tal indício existir, é estimado o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida por contrapartida de resultados sempre que o valor de balanço do activo excede o seu valor recuperável.

Uma perda por imparidade reconhecida de um activo em anos anteriores deve ser revertida se, e somente se, houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

#### **n) Subsídios recebidos**

Os subsídios recebidos no âmbito do Programa Operacional da Cultura destinados a financiar a remodelação de infra-estruturas e equipamentos, são creditados em resultados, em conformidade com as taxas de amortização do equipamento correspondente.

#### **o) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e depósitos à ordem.

#### **p) Reconhecimento de custos e proveitos**

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Juros, dividendos e outros proveitos resultantes dos recursos da Fundação são reconhecidos como proveitos, quando é provável que

os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Fundação e o proveito possa ser mensurado com confiança. Os juros são reconhecidos com base na periodificação, excepto se existirem dúvidas quanto ao seu recebimento. Os outros proveitos são reconhecidos com base na periodificação dos proveitos, com referência à substância do acordo relevante.

#### **q) Reconhecimento de proveitos nas actividades petrolíferas**

Os proveitos resultantes da venda de petróleo e gás são apenas reconhecidos quando os riscos e os benefícios do direito de propriedade se encontram transferidos para o comprador e quando não existe incerteza na determinação dos custos associados.

#### **r) Custos capitalizados nas actividades petrolíferas**

##### *(i) Custos de exploração*

Os custos incorridos anteriores à fase de exploração são reconhecidos em resultados quando incorridos. Os custos com a aquisição de propriedades ou concessões, poços de exploração petrolífera, custos de desenvolvimento, incluindo juros de financiamento, equipamento e instalações de suporte à actividade petrolífera são capitalizados em activos fixos tangíveis ou intangíveis, de acordo com a sua natureza. Os custos com os poços de exploração sem resultados confirmados são reconhecidos em perdas.

A Fundação procede a teste de imparidade sempre que eventos ou acontecimentos indicam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. Os testes de imparidade sobre os poços de exploração petrolífera são realizados numa base individual.

## *(ii) Activos para produção de petróleo e gás*

Os custos incorridos com a perfuração de poços de desenvolvimento na construção de instalações produtoras são capitalizados, em conjunto com custos de financiamento incorridos durante a fase de construção, assim como o valor actual das responsabilidades futuras para a remoção dos activos.

A amortização dos activos é determinada pelo rácio de produção do exercício face ao montante de reservas prováveis (*unit-of-production method*).

## **s) Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

O custo do crude é determinado utilizando como método de custeio das saídas de inventário o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas). Os inventários da Fundação consistem essencialmente em crude que se encontra em oleodutos, reservatórios ou armazenado por companhias de transporte, em que o direito de propriedade não foi totalmente transferido para o cliente.

Para o restante inventário é utilizado o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

## **t) Impostos**

Por despacho do Ministro das Finanças, de 18 de Julho de 1989, foi reconhecida à Fundação Calouste Gulbenkian a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

## **u) Planos de pensões**

Na Fundação existem diversos planos de pensões, incluindo nomeadamente planos de benefício definido e de contribuição definida.

A Fundação, sob a forma de plano de benefícios definidos, assumiu as responsabilidades de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no “Plano de Pensões do Pessoal” (1979) e no “Plano de Pensões da Fundação” (1997). As responsabilidades do “Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida” (2005) são financiadas através de contribuições para o Fundo de Pensões Aberto BPI Acções. Os empregados da Delegação da Fundação no Reino Unido, têm um Plano de Pensões próprio.

As pensões, relativas aos planos de 1979 e 1997, destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

A Fundação financia as suas responsabilidades através da constituição de uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

As responsabilidades da Fundação com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas, por actuários independentes.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais

e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com a provisão apurada são registados na demonstração das operações.

A responsabilidade da Fundação relativa aos planos de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações sem risco com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente resultantes i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos na IAS 19.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que excedam 10 por cento das responsabilidades, também reportados ao início do ano, sejam reconhecidos na conta de custos ou proveitos no exercício em que ocorrem. Os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que se situem dentro do referido limite, são reconhecidos no corredor do plano de pensões e não são amortizados.

Anualmente, a Fundação reconhece como custo, na demonstração das operações, um valor total líquido que inclui i) o custo do serviço corrente, ii) o custo dos juros e iii) uma porção

dos ganhos e perdas actuariais determinados com base no referido método do corredor.

#### **v) Reconhecimento de dividendos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

#### **w) Provisões**

São reconhecidas provisões quando i) a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

#### **x) Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Fundação são analisados como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Fundação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida, são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas sejam mais apropriadas.

#### *Imparidade dos activos financeiros não correntes*

A Fundação determina que existe imparidade nos seus activos financeiros não correntes quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Fundação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

A Fundação determina o justo valor através de avaliações efectuadas por especialistas independentes ou preços de mercado (*market to market*). As avaliações reflectem o valor actual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base metodologias de avaliação e informação de mercado.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições

de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Imparidade dos activos de longo prazo*

Os Activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados.

#### *Planos de pensões*

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### Nota 3

#### Outros rendimentos do petróleo e gás

A rubrica "Outros rendimentos do petróleo e gás" é assim detalhada:

	(10 <sup>3</sup> Euros)	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Dividendos	30 477	18 410
Prestação de serviços	4 520	3 835
	<b>34 997</b>	<b>22 245</b>

### Nota 4

#### Retorno financeiro

A política da Fundação visa obter uma taxa de retorno sobre a sua carteira de investimentos, líquida de comissões. Esta taxa é acordada anualmente com os gestores responsáveis pelo investimento dos fundos no âmbito de orientações previamente estabelecidas pela Fundação.

A desagregação do retorno financeiro atingido em 2008 e 2007 no Consolidado é assim detalhada:

	(10 <sup>3</sup> Euros)					
	<b>Proveitos</b>	<b>Custos</b>	<b>Total</b>	<b>Proveitos</b>	<b>Custos</b>	<b>Total</b>
	<b>2008</b>			<b>2007</b>		
<b>Activos e passivos financeiros correntes</b>						
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>						
De emissores públicos	169 641	(147 069)	22 572	33 724	(37 558)	(3 834)
De outros emissores	53 231	(69 447)	(16 216)	25 003	(30 675)	(5 672)
<b>Acções</b>						
Outros títulos de rendimento variável	119 656	(455 945)	(336 289)	212 745	(178 087)	34 658
<b>Fundos de investimento</b>						
Liquidez	2 869	(46)	2 823	194	(174)	20
Acções	9 309	(56 332)	(47 023)	26 352	(22 057)	4 295
Obrigações	19 740	(33 492)	(13 752)	90 684	(103 705)	(13 021)
Outros	3 763	(19 742)	(15 979)	7 590	(1 281)	6 309
<b>Derivados</b>						
Forwards	192 524	(217 526)	(25 002)	128 253	(38 874)	89 379
Futuros	29 885	(13 297)	16 588	7 022	(9 097)	(2 075)
Opções	3 058	(410)	2 648	498	(541)	(43)
Warrants	555	(2 740)	(2 185)	-	-	-
	<b>604 231</b>	<b>(1 016 046)</b>	<b>(411 815)</b>	<b>532 065</b>	<b>(422 049)</b>	<b>110 016</b>
<b>Activos financeiros não correntes</b>						
Fundos de investimento	1 555	-	1 555	9 681	-	9 681
	<b>1 555</b>	<b>-</b>	<b>1 555</b>	<b>9 681</b>	<b>-</b>	<b>9 681</b>
<b>Adiantamentos</b>						
Interesses petrolíferos e do gás	1 978	-	1 978	1 315	-	1 315
Outras empresas	246	-	246	353	-	353
	<b>2 224</b>	<b>-</b>	<b>2 224</b>	<b>1 668</b>	<b>-</b>	<b>1 668</b>
<b>Outras aplicações de tesouraria</b>	11 239	(2 037)	9 202	10 727	(2 240)	8 487
<b>Comissões</b>	-	(6 184)	(6 184)	-	(7 367)	(7 367)
<b>Diferenças cambiais</b>	3 677	(23 810)	(20 133)	20 591	(1 812)	18 779
	<b>14 916</b>	<b>(32 031)</b>	<b>(17 115)</b>	<b>31 318</b>	<b>(11 419)</b>	<b>19 899</b>
	<b>622 926</b>	<b>(1 048 077)</b>	<b>(425 151)</b>	<b>574 732</b>	<b>(433 468)</b>	<b>141 264</b>



A desagregação do retorno financeiro atingido em 2008 e 2007 na Fundação é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	2008			2007		
<b>Activos e passivos financeiros correntes</b>						
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>						
De emissores públicos	169 641	(147 069)	22 572	33 724	(37 558)	(3 834)
De outros emissores	53 231	(69 447)	(16 216)	25 003	(30 675)	(5 672)
<b>Acções</b>						
Outros títulos de rendimento variável	119 656	(455 945)	(336 289)	212 745	(178 087)	34 658
<b>Fundos de investimento</b>						
Liquidez	2 869	(46)	2 823	194	(174)	20
Acções	9 309	(56 332)	(47 023)	26 352	(22 057)	4 295
Obrigações	19 740	(33 492)	(13 752)	90 684	(103 705)	(13 021)
Outros	3 763	(19 742)	(15 979)	7 590	(1 281)	6 309
<b>Derivados</b>						
Forwards	192 524	(217 526)	(25 002)	128 253	(38 874)	89 379
Futuros	29 885	(13 297)	16 588	7 022	(9 097)	(2 075)
Opções	3 058	(410)	2 648	498	(541)	(43)
Warrants	555	(2 740)	(2 185)	-	-	-
	<b>604 231</b>	<b>(1 016 046)</b>	<b>(411 815)</b>	<b>532 065</b>	<b>(422 049)</b>	<b>110 016</b>
<b>Activos financeiros não correntes</b>						
Empresas subsidiárias	30 538	-	30 538	22 009	-	22 009
Fundos de investimento	950	-	950	865	-	865
	<b>31 488</b>	<b>-</b>	<b>31 488</b>	<b>22 874</b>	<b>-</b>	<b>22 874</b>
<b>Outras aplicações de tesouraria</b>						
	6 166	(1 181)	4 985	5 476	(1 435)	4 041
<b>Comissões</b>						
	-	(6 184)	(6 184)	-	(7 367)	(7 367)
<b>Diferenças cambiais</b>						
	3 677	(2 058)	1 619	704	(1 812)	(1 108)
	<b>9 843</b>	<b>(9 423)</b>	<b>420</b>	<b>6 180</b>	<b>(10 614)</b>	<b>(4 434)</b>
	<b>645 562</b>	<b>(1 025 469)</b>	<b>(379 907)</b>	<b>561 119</b>	<b>(432 663)</b>	<b>128 456</b>

## Nota 5

### Outros proveitos

A rubrica "Outros proveitos" é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Venda de edições	1 053	1 285	1 053	1 285
Venda de bilhetes	2 137	1 935	2 137	1 935
Comparticipação de outras entidades	7 477	5 066	7 477	5 066
Outros	10 856	3 015	10 856	3 015
	<b>21 523</b>	<b>11 301</b>	<b>21 523</b>	<b>11 301</b>

A rubrica "Comparticipação de outras entidades" refere-se a participações para a realização de projectos de investigação científica e na área das actividades artísticas.

A rubrica "Outros", a 31 de Dezembro de 2008, inclui o montante de € 5 091 000 referentes a ganhos com a alienação de imobilizado corpóreo.

## Nota 6

### Distribuição e actividades directas

A repartição dos custos pelos fins estatutários da Fundação, é apresentada como segue:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Beneficência	8 735	8 557	8 735	8 557
Arte	31 206	34 370	31 206	34 370
Educação	21 217	22 362	21 217	22 362
Ciência	14 393	12 923	14 393	12 923
	<b>75 551</b>	<b>78 212</b>	<b>75 551</b>	<b>78 212</b>

A rubrica "Distribuição e actividades directas" inclui o montante de € 2 851 000 (2007: € 1 805 000) e € 20 763 000 (2007: € 20 806 000) relativo a custos com amortizações e depreciações, e custos com o pessoal, respectivamente.

## Nota 7

### Outros custos administrativos e operacionais

A rubrica "Outros custos administrativos e operacionais" é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Custos com o pessoal	19 888	18 640	10 597	9 597
Trabalhos especializados	4 921	4 663	4 288	3 849
Conservação e reparação	1 043	696	1 043	696
Outros fornecimentos e serviços	5 229	5 398	4 019	3 841
Outros custos operacionais	1 737	4 506	267	345
	<b>32 818</b>	<b>33 903</b>	<b>20 214</b>	<b>18 328</b>

## Nota 8

### Custos com o pessoal

A rubrica "Custos com o pessoal" é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Conselho de Administração	1 477	1 443	1 144	1 107
Ordenados e salários	30 281	29 359	23 117	22 428
Encargos sobre remunerações	6 109	6 032	4 975	4 930
Outros custos com o pessoal	2 784	2 612	2 124	1 938
	<b>40 651</b>	<b>39 446</b>	<b>31 360</b>	<b>30 403</b>

O número de efectivos é analisado como segue:

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Conselho de Administração	9	9	9	9
Pessoal	587	604	515	531
	<b>596</b>	<b>613</b>	<b>524</b>	<b>540</b>

Os custos com o pessoal incluem o montante de € 20 763 000 (2007: € 20 806 000) que se encontram afectos à rubrica "Distribuição e actividades directas", conforme mencionado na nota 6.

A rubrica "Outros custos com o pessoal" inclui o montante de € 172 000 (2007: € 168 000), relativo às contribuições para o plano de pensões de contribuição definida dos colaboradores da Fundação.

## Nota 9

### Benefícios a empregados

Os "Benefícios a empregados" no Consolidado, são assim detalhados:

(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Dotações	Reposições	Total
			<b>2008</b>
Pensões	2 741	–	2 741
Outros benefícios	408	–	408
	<b>3 149</b>	<b>–</b>	<b>3 149</b>
			<b>2007</b>
Pensões	13 990	–	13 990
Outros benefícios	289	(1 329)	(1 040)
	<b>14 279</b>	<b>(1 329)</b>	<b>12 950</b>

Os "Benefícios a empregados" na Fundação, são assim detalhados:

(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Dotações	Reposições	Total
			<b>2008</b>
Pensões	2 564	–	2 564
Outros benefícios	278	–	278
	<b>2 842</b>	<b>–</b>	<b>2 842</b>
			<b>2007</b>
Pensões	13 811	–	13 811
Outros benefícios	–	(1 047)	(1 047)
	<b>13 811</b>	<b>(1 047)</b>	<b>12 764</b>

## Nota 10

### Provisões

As "Provisões" no Consolidado, líquidas de reforços e anulações, são assim detalhadas:

(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Dotações	Reposições	Total
			<b>2008</b>
Provisões	346	–	346
	<b>346</b>	<b>–</b>	<b>346</b>

## Nota 11

### Imparidade

A "Imparidade" do exercício é assim detalhada:

(10 <sup>3</sup> Euros)		
	Consolidado	
	2008	2007
Imparidade sobre Activos intangíveis	(3 306)	(14 173)
Imparidade sobre Activos financeiros não correntes	(3 396)	(397)
	<b>(6 702)</b>	<b>(14 570)</b>

## Nota 12

### Amortizações e depreciações

A rubrica "Amortizações e depreciações" é assim detalhada:

(10 <sup>3</sup> Euros)				
	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
<b>Activos intangíveis</b>				
Direitos de exploração	1 928	1 343	–	–
Exploração petrolífera	–	1 908	–	–
Software	693	337	680	337
	<b>2 621</b>	<b>3 588</b>	<b>680</b>	<b>337</b>
<b>Activos fixos tangíveis</b>				
Imóveis	1 083	937	1 083	937
Equipamento	3 446	2 539	3 349	2 439
Produção petrolífera	3 594	4 920	–	–
Outros activos	326	319	120	111
	<b>8 449</b>	<b>8 715</b>	<b>4 552</b>	<b>3 487</b>
<b>Amortizações e depreciações afectas à rubrica</b>				
Distribuição e actividades directas	(2 851)	(1 805)	(2 851)	(1 805)
	<b>8 219</b>	<b>10 498</b>	<b>2 381</b>	<b>2 019</b>

As amortizações e depreciações incluem o montante de € 2 851 000 (2007: € 1 805 000) que se encontram afectas à rubrica "Distribuição e actividades directas", conforme mencionado na nota 6.

### Nota 13

#### Activos intangíveis

A rubrica "Activos intangíveis" é assim detalhada:

	(10 <sup>3</sup> Euros)			
	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2008	2007	2008	2007
<b>Custo:</b>				
Direitos de exploração	52 878	52 104	-	-
Exploração petrolífera	37 885	37 009	-	-
Software	1 716	955	1 635	955
Outros activos intangíveis	343	338	338	338
	<b>92 822</b>	<b>90 406</b>	<b>1 973</b>	<b>1 293</b>
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>				
Amortizações acumuladas	(6 833)	(4 167)	(1 973)	(1 293)
Perdas por imparidade	-	(2 753)	-	-
	<b>(6 833)</b>	<b>(6 920)</b>	<b>(1 973)</b>	<b>(1 293)</b>
	<b>85 989</b>	<b>83 486</b>	-	-

A rubrica "Direitos de exploração" refere-se à parcela dos custos com licenças de exploração e produção petrolífera existentes no Brasil, Angola, Omã e Casaquistão controladas conjuntamente pelo Grupo, que são amortizados durante o período remanescente da licença.

A rubrica "Exploração petrolífera" refere-se à parcela dos investimentos efectuados em concessões petrolíferas no Brasil, Angola e Portugal, controlados conjuntamente.

As "Perdas por imparidade", reconhecidas no exercício, no montante de € 3 306 000 (2007: € 14 173 000), conforme mencionado na nota 11, foram determinadas em 2008, tendo por base o sucesso dos poços exploratórios e as condições do mercado nas concessões petrolíferas do Brasil e Argélia, conforme a política contabilística 2.x).

Durante o exercício de 2008, o Grupo procedeu ao abate de € 5 886 000 (2007: € 11 420 000) de investimentos petrolíferos no Brasil e Argélia que se encontravam com perda por imparidade. A 31 de Dezembro de 2007, as perdas por imparidade reconhecidas na rubrica de activos intangíveis ascendem a € 2 753 000 decorrentes da entrega dos activos às autoridades argelinas.

As adições de Software na Fundação no valor de € 680 000 (2007: € 337 000) foram totalmente amortizadas no ano, conforme a política contabilística 2.d).

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis durante os anos de 2008 e 2007, no Consolidado, são assim detalhados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Direitos de exploração	Exploração petrolífera	Software	Outros activos	Total
Custo de aquisição					
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	–	–	<b>618</b>	<b>338</b>	<b>956</b>
Variação cambial	(4 378)	(1 040)	–	–	(5 418)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>52 104</b>	<b>37 009</b>	<b>955</b>	<b>338</b>	<b>90 406</b>
Adições	–	12 571	712	–	13 283
Abates	–	(5 886)	–	–	(5 886)
Transferências	(58)	58	57	5	62
Variação cambial	832	(5 867)	(8)	–	(5 043)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>52 878</b>	<b>37 885</b>	<b>1 716</b>	<b>343</b>	<b>92 822</b>
<b>AMORTIZAÇÕES</b>					
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	–	–	<b>618</b>	<b>338</b>	<b>956</b>
Amortizações do exercício	1 343	1 908	337	–	3 588
Abates	–	(11 420)	–	–	(11 420)
Variação cambial	(84)	(293)	–	–	(377)
Imparidade do exercício	–	14 173	–	–	14 173
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>1 259</b>	<b>4 368</b>	<b>955</b>	<b>338</b>	<b>6 920</b>
Amortizações do exercício	1 928	–	693	–	2 621
Abates	–	(5 886)	–	–	(5 886)
Transferências	1 788	(1 788)	27	5	32
Variação cambial	(154)	–	(6)	–	(160)
Imparidade do exercício	–	3 306	–	–	3 306
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>4 821</b>	<b>–</b>	<b>1 669</b>	<b>343</b>	<b>6 833</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>50 845</b>	<b>32 641</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>83 486</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>48 057</b>	<b>37 885</b>	<b>47</b>	<b>–</b>	<b>85 989</b>

Durante o ano de 2007 foi transferido de activos fixos tangíveis, o montante de € 88 346 000 decorrente da aplicação da IFRS 6 (Exploração e avaliação de recursos minerais).

## Nota 14

### Activos fixos tangíveis

A rubrica "Activos fixos tangíveis" é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2008	2007	2008	2007
<b>Custo:</b>				
Imóveis	33 732	30 134	33 732	30 134
Equipamento	40 686	39 008	40 178	38 546
Obras de arte	3 435	3 069	3 435	3 069
Produção petrolífera	76 540	48 845	–	–
Outros activos	3 920	3 766	980	860
	<b>158 313</b>	<b>124 822</b>	<b>78 325</b>	<b>72 609</b>
<b>Depreciações acumuladas:</b>	(73 339)	(62 866)	(58 158)	(55 707)
	<b>84 974</b>	<b>61 956</b>	<b>20 167</b>	<b>16 902</b>

A rubrica "Produção petrolífera" inclui investimentos efectuados no projecto "Dunga Oil Field" onde se detém uma parcela de 20 por cento da parceria com a Maersk (operador) e a Oman Oil Company Ltd. no montante de € 59 573 000 (2007: € 39 370 000).

Esta rubrica inclui ainda investimentos efectuados no projecto "Mukhaizna Oil Field" onde se detém 1 por cento da parceria com outras entidades, sendo o operador a Occidental Petroleum Co., no montante de € 16 967 000 (2007: € 9 475 000), o qual foi reclassificado de activos financeiros não correntes para activos fixos tangíveis, conforme mencionado na nota 32.

Os movimentos da rubrica Activos fixos tangíveis durante os anos de 2008 e 2007, no Consolidado, são assim detalhados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Imóveis	Equipamento	Obras de arte	Produção petrolífera	Outros activos	Total
<i>Custo de aquisição:</i>						
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>28 245</b>	<b>36 930</b>	<b>2 864</b>	<b>129 984</b>	<b>3 070</b>	<b>201 093</b>
Adições	1 889	2 548	205	12 883	281	17 806
Abates/vendas	-	(502)	-	-	-	(502)
Transferências	-	44	-	(88 858)	468	(88 346)
Variação cambial	-	(12)	-	(5 164)	(53)	(5 229)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>30 134</b>	<b>39 008</b>	<b>3 069</b>	<b>48 845</b>	<b>3 766</b>	<b>124 822</b>
Adições	4 621	3 458	366	20 030	220	28 695
Abates/vendas	(1 023)	(1 817)	-	-	(23)	(2 863)
Transferências	-	25	-	3 477	(81)	3 421
Variação cambial	-	12	-	4 188	38	4 238
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>33 732</b>	<b>40 686</b>	<b>3 435</b>	<b>76 540</b>	<b>3 920</b>	<b>158 313</b>
<i>Depreciações</i>						
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>14 499</b>	<b>36 088</b>	<b>1 514</b>	<b>322</b>	<b>2 579</b>	<b>55 002</b>
Depreciações do exercício	937	2 539	-	4 920	319	8 715
Abates/vendas	-	(473)	-	-	-	(473)
Transferências	-	35	-	(455)	420	-
Variação cambial	-	(11)	-	(315)	(52)	(378)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>15 436</b>	<b>38 178</b>	<b>1 514</b>	<b>4 472</b>	<b>3 266</b>	<b>62 866</b>
Depreciações do exercício	1 083	3 446	-	3 594	326	8 449
Abates/vendas	(330)	(1 805)	-	-	(23)	(2 158)
Transferências	-	32	-	3 489	(70)	3 451
Variação cambial	-	13	-	669	49	731
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>16 189</b>	<b>39 864</b>	<b>1 514</b>	<b>12 224</b>	<b>3 548</b>	<b>73 339</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>14 698</b>	<b>830</b>	<b>1 555</b>	<b>44 373</b>	<b>500</b>	<b>61 956</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>17 543</b>	<b>822</b>	<b>1 921</b>	<b>64 316</b>	<b>372</b>	<b>84 974</b>

Relativamente ao exercício de 2007 foi transferido para activos intangíveis, o montante de € 88 346 000 decorrente da aplicação da IFRS 6 (Exploração e avaliação de recursos minerais).

Os movimentos da rubrica "Activos fixos tangíveis" durante os anos de 2008 e 2007, para a Fundação, são assim detalhados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Imóveis	Equipamento	Obras de arte	Outros activos	Total
<i>Custo de aquisição:</i>					
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>28 245</b>	<b>36 553</b>	<b>2 864</b>	<b>749</b>	<b>68 411</b>
Adições	1 889	2 445	205	111	4 650
Abates/vendas	–	(452)	–	–	(452)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>30 134</b>	<b>38 546</b>	<b>3 069</b>	<b>860</b>	<b>72 609</b>
Adições	4 621	3 403	366	120	8 510
Abates/vendas	(1 023)	(1 771)	–	–	(2 794)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>33 732</b>	<b>40 178</b>	<b>3 435</b>	<b>980</b>	<b>78 325</b>
<i>Depreciações</i>					
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>14 499</b>	<b>35 893</b>	<b>1 514</b>	<b>749</b>	<b>52 655</b>
Depreciações do exercício	937	2 439	–	111	3 487
Abates/vendas	–	(435)	–	–	(435)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>15 436</b>	<b>37 897</b>	<b>1 514</b>	<b>860</b>	<b>55 707</b>
Depreciações do exercício	1 083	3 349	–	120	4 552
Abates/vendas	(330)	(1 771)	–	–	(2 101)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>16 189</b>	<b>39 475</b>	<b>1 514</b>	<b>980</b>	<b>58 158</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>14 698</b>	<b>649</b>	<b>1 555</b>	<b>–</b>	<b>16 902</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>17 543</b>	<b>703</b>	<b>1 921</b>	<b>–</b>	<b>20 167</b>

## Nota 15

### *Activos financeiros não correntes e adiantamentos*

A rubrica "Activos financeiros não correntes e adiantamentos" é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
<b>Acções</b>				
Interesses petrolíferos e do gás	397 428	382 039	–	–
Outras empresas	25 724	20 251	–	–
<b>Fundos de investimento</b>	<b>124 158</b>	<b>82 468</b>	<b>77 231</b>	<b>64 620</b>
	<b>547 310</b>	<b>484 758</b>	<b>77 231</b>	<b>64 620</b>
<b>Adiantamentos</b>				
Interesses petrolíferos e do gás	58 984	48 476	–	–
Outras empresas	10 366	11 084	–	–
	<b>69 350</b>	<b>59 560</b>	–	–
	<b>616 660</b>	<b>544 318</b>	<b>77 231</b>	<b>64 620</b>

A diferença entre o valor de aquisição e o justo valor encontra-se registada na Reserva de justo valor do Fundo de Capital, conforme referido na nota 23.

As acções em investimentos em interesses petrolíferos e do gás encontram-se registadas pelo justo valor, conforme descrito na política contabilística 2 h). As avaliações são efectuadas por entidades independentes e reflectem o valor actual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base pressupostos de mercado.

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, no Consolidado é analisada como segue:



(10<sup>3</sup> Euros)

	Custo	Reserva de justo valor	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
<b>2008</b>				
<b>Acções</b>				
ADPC/ADCO	10 355	41 884	-	52 239
PDO/POHOL	1 664	196 295	-	197 959
OLNG	2 261	142 526	-	144 787
Outros interesses	7 178	-	(4 735)	2 443
	<b>21 458</b>	<b>380 705</b>	<b>(4 735)</b>	<b>397 428</b>
Outras empresas	14 283	11 441	-	25 724
<b>Fundos de investimento</b>				
Fundo NovEnergia II	39 793	5 480	-	45 273
Office Park Expo	45 000	7 393	-	52 393
Logística & Distribuição	8 214	1 574	-	9 788
Outros fundos	15 206	1 498	-	16 704
	<b>108 213</b>	<b>15 945</b>	<b>-</b>	<b>124 158</b>
<b>Adiantamentos</b>				
Interesses petrolíferos e do gás	58 984	-	-	58 984
Outras empresas	10 366	-	-	10 366
	<b>69 350</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69 350</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>213 304</b>	<b>408 091</b>	<b>(4 735)</b>	<b>616 660</b>

(10<sup>3</sup> Euros)

	Custo	Reserva de justo valor	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
<b>2007</b>				
<b>Acções</b>				
ADPC/ADCO	9 789	51 280	-	61 069
PDO/POHOL	1 573	186 594	-	188 167
OLNG	2 138	124 960	-	127 098
Outros interesses	6 922	-	(1 217)	5 705
	<b>20 422</b>	<b>362 834</b>	<b>(1 217)</b>	<b>382 039</b>
Outras empresas	13 503	6 748	-	20 251
<b>Fundos de investimento</b>				
Fundo NovEnergia II	12 419	2 894	-	15 313
Office Park Expo	45 000	886	-	45 886
Logística & Distribuição	8 214	1 203	-	9 417
Outros fundos	9 039	2 813	-	11 852
	<b>74 672</b>	<b>7 796</b>	<b>-</b>	<b>82 468</b>
<b>Adiantamentos</b>				
Interesses petrolíferos e do gás	48 476	-	-	48 476
Outras empresas	11 084	-	-	11 084
	<b>59 560</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59 560</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>168 157</b>	<b>377 378</b>	<b>(1 217)</b>	<b>544 318</b>

Os movimentos ocorridos nas "Perdas por imparidade nos Activos financeiros não correntes" são apresentados como segue:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<i>Consolidado</i>	
	2008	2007
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>1 217</b>	<b>945</b>
Dotações	3 396	397
Utilizações	(138)	-
Variação cambial	260	(125)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>4 735</b>	<b>1 217</b>

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as "Perdas por imparidade" decorrem da imparidade existente em investimentos efectuados no Médio Oriente.

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, na Fundação, é analisada como segue:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Custo	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
<b>2008</b>			
<b>Fundos de investimento</b>			
Office Park Expo	45 000	7 393	52 393
Logística & Distribuição	8 214	1 574	9 788
Outros fundos	15 206	(156)	15 050
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>68 420</b>	<b>8 811</b>	<b>77 231</b>

(10<sup>3</sup> Euros)

	Custo	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
<b>2007</b>			
<b>Fundos de investimento</b>			
Office Park Expo	45 000	886	45 886
Logística & Distribuição	8 214	1 203	9 417
Outros fundos	9 037	280	9 317
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>62 251</b>	<b>2 369</b>	<b>64 620</b>

O Grupo possui um investimento no fundo fechado NovEnergia II, no montante de € 39 793 000 (2007: € 12 419 000), sendo o justo valor do fundo no montante de € 45 273 000 (2007: € 15 313 000).

Este fundo tem como objectivo o investimento em projectos que utilizam energias renováveis como fonte energética e em empresas relacionadas com o seu desenvolvimento.

A Fundação detém um investimento no montante de € 45 000 000 no fundo Office Park Expo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. O Fundo destina-se à aquisição de terrenos, construção e arrendamento ou venda de prédios no Parque das Nações em Lisboa.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, no Consolidado, é desagregada da seguinte forma:

(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Cotados	Não cotados	Total
<b>2008</b>			
<b>Acções</b>			
Interesses petrolíferos e do gás	–	397 428	397 428
Outras empresas	–	25 724	25 724
<b>Fundos de investimento</b>	72 454	51 704	124 158
<b>Adiantamentos</b>			
Interesses petrolíferos e do gás	–	58 984	58 984
Outras empresas	–	10 366	10 366
	<b>72 454</b>	<b>544 206</b>	<b>616 660</b>

(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Cotados	Não cotados	Total
<b>2007</b>			
<b>Acções</b>			
Interesses petrolíferos e do gás	–	382 039	382 039
Outras empresas	–	20 251	20 251
<b>Fundos de investimento</b>	82 468	–	82 468
<b>Adiantamentos</b>			
Interesses petrolíferos e do gás	–	48 476	48 476
Outras empresas	–	11 084	11 084
	<b>82 468</b>	<b>461 850</b>	<b>544 318</b>

Na Fundação os Fundos de investimento não cotados ascendem a € 4 777 000 e os cotados a € 72 454 000 (2007: € 64 620 000).

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os "Activos financeiros não correntes" têm o seguinte escalonamento:

(10 <sup>3</sup> Euros)				
	<b>Consolidado</b>		<b>Fundação</b>	
	2008	2007	2008	2007
De 3 meses a 1 ano	1 410	–	–	–
De 1 ano até 5 anos	6 172	7 671	–	–
Mais de 5 anos	245 747	148 042	77 231	64 620
Duração indeterminada	363 331	388 605	–	–
	<b>616 660</b>	<b>544 318</b>	<b>77 231</b>	<b>64 620</b>

## Nota 16

### *Investimentos em empresas subsidiárias*

A rubrica "Investimentos em empresas subsidiárias" é assim detalhada:

(10 <sup>3</sup> Euros)		
	<b>Fundação</b>	
	2008	2007
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	766 901	692 774
Economic and General Secretariat Limited	24	32
	<b>766 925</b>	<b>692 806</b>

O valor destes investimentos foi objecto de actualização com referência a 31 de Dezembro de 2008, ascendendo a Reserva de justo valor a € 766 844 000 (2007: € 692 725 000).

A diferença entre o valor de aquisição e o justo valor encontra-se registado na Reserva de justo valor do Fundo de Capital, conforme referido na nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2008, as empresas subsidiárias incluídas na consolidação pelo método integral da Fundação foram as seguintes:

(10<sup>3</sup> Euros)

Subsidiárias	Sede	Capital	Moeda	Activos	Passivos	Capital próprio	Proveitos	Resultados líquidos	%	Actividade económica
<b>Participações directas:</b>										
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	889 455	120 146	769 309	1 065 165	57 316	100	c)
Economic and General Secretariat Limited (*)	Inglaterra	4 000	GBP	24	-	24	-	-	100	b)
<b>Participações indirectas:</b>										
<b>(através da Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation)</b>										
Participations and Explorations Corporation	Panamá	2 800	USD	334 266	221 431	112 835	658 761	6 458	100	a)
Partex (Oman) Corporation	Panamá	2 500	USD	641 492	24 038	617 454	355 688	64 695	100	a)
Partex Gas Corporation	Panamá	2 000 000	USD	43 719	17 697	26 022	36 510	3 856	100	a)
Partex (Kazakhstan) Corporation	Ilhas Caimão	5 000	USD	68 836	79 300	(10 464)	6 667	(576)	100	a)
Partex Services Corporation	Panamá	2 300 000	USD	4 168	1 926	2 242	9 900	35	100	b)
PMO Services, S.A.	Liechtenstein	500 000	CHF	1 451	44	1 407	1 504	44	100	b)
Partex Brasil Ltda.	Brasil	1 000 000	BRL	39 255	60 440	(21 185)	16 437	(17 964)	100	a)
Partex (Brazil) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	52 750	49 706	3 044	1 408	895	100	c)
Partex (Algeria) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	-	354	(354)	-	(335)	100	a)
Partex (Angola) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	29 375	30 272	(897)	-	(881)	100	a)
Partex Services Brasil Petrolíferos Ltda.	Brasil	1 000 000	BRL	537	105	432	1 090	(22)	100	b)
Partex (Iberia), S.A. (**)	Portugal	50 000	EUR	5 204	5 297	(93)	10	(143)	100	a)
<b>(através da Partex Services Corporation)</b>										
Partex Services Portugal – Serviços para a Indústria Petrolífera, S.A	Portugal	50 000	EUR	1 441	1 078	363	5 998	118	100	b)

a) Companhias participantes em concessões petrolíferas ou operações contratuais.

b) Prestação de serviços.

c) Gestora de participações.

(\*) Esta empresa participada encontra-se sem actividade.

(\*\*) Alteração da denominação social da "Hidrexpan, S.A."

Durante o exercício de 2008, a única alteração no perímetro de consolidação refere-se à constituição da Partex (Angola) Corporation.

## Nota 17

### Activos e passivos financeiros correntes

A rubrica "Activos e passivos financeiros correntes" é assim detalhada:

	(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>				
De emissores públicos	517 132	365 211	517 132	365 211
De outros emissores	299 736	302 446	299 736	302 446
<b>Acções</b>				
Outros títulos de rendimento variável	353 872	863 152	353 872	863 152
<b>Fundos de investimento</b>				
Liquidez	68 270	59 722	68 270	59 722
Acções	71 990	148 530	71 990	148 530
Obrigações	64 900	220 450	64 900	220 450
Outros	66 727	81 489	66 727	81 489
<b>Derivados</b>				
<b>Instrumentos financeiros com justo valor positivo</b>				
Forwards	51 041	33 278	51 041	33 278
Futuros	463	279	463	279
Opções	2 084	184	2 084	184
Warrants	3 389	-	3 389	-
	<b>1 499 604</b>	<b>2 074 741</b>	<b>1 499 604</b>	<b>2 074 741</b>
<b>Derivados</b>				
<b>Instrumentos financeiros com justo valor negativo</b>				
Forwards	(23 212)	(4 036)	(23 212)	(4 036)
Futuros	(1 909)	(290)	(1 909)	(290)
Opções	-	(308)	-	(308)
	<b>(25 121)</b>	<b>(4 634)</b>	<b>(25 121)</b>	<b>(4 634)</b>
	<b>1 474 483</b>	<b>2 070 107</b>	<b>1 474 483</b>	<b>2 070 107</b>

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os "Activos e passivos financeiros correntes" têm o seguinte escalonamento:

	(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Até 3 meses	115 235	91 137	115 235	91 137
De 3 meses a 1 ano	103 453	30 287	103 453	30 287
De 1 ano até 5 anos	385 520	266 362	385 520	266 362
Mais de 5 anos	253 427	226 120	253 427	226 120
Duração indeterminada	616 848	1 456 201	616 848	1 456 201
	<b>1 474 483</b>	<b>2 070 107</b>	<b>1 474 483</b>	<b>2 070 107</b>

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Activos e passivos financeiros correntes", no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	(10 <sup>3</sup> Euros)		
	Cotados	Não cotados	Total
<b>2008</b>			
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>			
De emissores públicos	517 132	-	517 132
De outros emissores	268 121	31 615	299 736
<b>Acções</b>			
Outros títulos de rendimento variável	353 872	-	353 872
<b>Fundos de investimento</b>			
Liquidez	68 270	-	68 270
Acções	71 990	-	71 990
Obrigações	64 900	-	64 900
Outros	45 354	21 373	66 727
<b>Derivados</b>			
Forwards	-	27 829	27 829
Futuros	(1 446)	-	(1 446)
Opções	2 084	-	2 084
Warrants	3 389	-	3 389
	<b>1 393 666</b>	<b>80 817</b>	<b>1 474 483</b>

	(10 <sup>3</sup> Euros)		
	Cotados	Não cotados	Total
<b>2007</b>			
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>			
De emissores públicos	365 211	-	365 211
De outros emissores	296 634	5 812	302 446
<b>Acções</b>			
Outros títulos de rendimento variável	859 789	3 363	863 152
<b>Fundos de investimento</b>			
Liquidez	57 552	2 170	59 722
Acções	148 530	-	148 530
Obrigações	126 509	93 941	220 450
Outros	66 312	15 177	81 489
<b>Derivados</b>			
Forwards	-	29 242	29 242
Futuros	(11)	-	(11)
Opções	(124)	-	(124)
	<b>1 920 402</b>	<b>149 705</b>	<b>2 070 107</b>

Os activos e passivos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são analisados como segue:

	Nacional	Justo valor	
		Activo	Passivo
(10 <sup>3</sup> Euros)			
<b>2008</b>			
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>			
Forward compra	1 174 191	51 041	(23 212)
Forward venda	(1 174 191)		
	-	<b>51 041</b>	<b>(23 212)</b>
<b>Contratos sobre acções / índices</b>			
Futuros	2 287	463	(1 909)
Opções	1 545	2 084	-
Warrants	6	3 389	-
	<b>3 838</b>	<b>5 936</b>	<b>(1 909)</b>
	<b>3 838</b>	<b>56 977</b>	<b>(25 121)</b>

	Nacional	Justo valor	
		Activo	Passivo
(10 <sup>3</sup> Euros)			
<b>2007</b>			
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>			
Forward compra	1 251 615	33 278	(4 036)
Forward venda	(1 251 615)		
	-	<b>33 278</b>	<b>(4 036)</b>
<b>Contratos sobre acções / índices</b>			
Futuros	2 788	279	(290)
Opções	2	184	(308)
	<b>2 790</b>	<b>463</b>	<b>(598)</b>
	<b>2 790</b>	<b>33 741</b>	<b>(4 634)</b>

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos e passivos financeiros derivados têm o seguinte escalonamento:

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
(10 <sup>3</sup> Euros)				
Até 3 meses	14 735	22 285	14 735	22 285
De 3 meses a 1 ano	16 501	6 822	16 501	6 822
De 1 ano a 5 anos	620	-	620	-
	<b>31 856</b>	<b>29 107</b>	<b>31 856</b>	<b>29 107</b>

## Nota 18

### Outras aplicações de tesouraria

A rubrica "Outras aplicações de tesouraria", no montante de € 225 883 000 (2007: € 121 615 000), refere-se a aplicações de tesouraria com um prazo inferior ou igual a 3 meses, que se encontram registadas ao custo amortizado.

## Nota 19

### Inventários

A rubrica "Inventários" é assim detalhada:

	Consolidado	
	2008	2007
(10 <sup>3</sup> Euros)		
Petróleo bruto	12 509	-
Outros materiais	2 648	1 967
	<b>15 157</b>	<b>1 967</b>

## Nota 20

### Devedores

A rubrica "Devedores" é assim detalhada:

	Consolidado			
	2008		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
(10 <sup>3</sup> Euros)				
Companhias subsidiárias	-	-	30 581	22 960
Devedores (interesses petrolíferos)	48 047	89 199	-	-
Proveitos a receber	295	251	295	251
Corredor do plano de pensões	21 550	21 822	21 544	21 633
Despesas com custo diferido	1 190	894	1 190	894
Devedores diversos	8 138	14 005	2 236	2 792
	<b>79 220</b>	<b>126 171</b>	<b>55 846</b>	<b>48 530</b>
Perdas por imparidade	(252)	(252)	(252)	(252)
	<b>78 968</b>	<b>125 919</b>	<b>55 594</b>	<b>48 278</b>

A rubrica "Companhias subsidiárias" é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<i>Fundação</i>	
	2008	2007
Dividendos atribuídos	30 538	22 009
Empréstimos	-	90
Adiantamentos	43	861
	<b>30 581</b>	<b>22 960</b>

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Corredor do plano de pensões", no Consolidado e na Fundação, no montante de € 21 550 000 (2007: € 21 822 000) e de € 21 544 000 (2007: € 21 633 000), refere-se ao valor do corredor em conformidade com a política contabilística 2 u).

A rubrica "Devedores diversos" inclui o montante de € 95 000 (2007: € 113 000) relativo a uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões Aberto BPI Acções, no âmbito do Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida (PCPCD).

Os movimentos das perdas por imparidade são assim discriminados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2008	2007	2008	2007
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	252	271	252	271
Utilizações	-	(19)	-	(19)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>252</b>	<b>252</b>	<b>252</b>	<b>252</b>

## Nota 21

### *Caixa e equivalentes de caixa*

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<i>Consolidado</i>		<i>Fundação</i>	
	2008	2007	2008	2007
Caixa	75	57	75	57
Depósitos	129 867	104 105	2 134	735
	<b>129 942</b>	<b>104 162</b>	<b>2 209</b>	<b>792</b>

A 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Depósitos", no montante de € 129 867 000, inclui o montante de € 12 320 000 que se encontram afectos a garantias bancárias prestadas por instituições financeiras.

## Nota 22

### *Capital recebido do fundador*

A rubrica "Capital recebido do Fundador" no montante de € 11 746 690 refere-se ao montante recebido do seu Fundador, Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian.

## Nota 23

### *Reservas*

A "Reserva de justo valor" representa as mais e menos-valias relativas à carteira de Activos financeiros não correntes, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou exercícios anteriores.

Durante os anos de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nestas rubricas no Consolidado foram os seguintes:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Reserva de justo valor	Outras reservas	Diferenças cambiais	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>335 149</b>	<b>2 294 507</b>	<b>(17 013)</b>	<b>2 612 643</b>
Alterações de justo valor	42 229	-	-	42 229
Variacão cambial	-	-	(38 815)	(38 815)
Constituição de reservas	-	79 807	-	79 807
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>377 378</b>	<b>2 374 314</b>	<b>(55 828)</b>	<b>2 695 864</b>
Alterações de justo valor	30 713	-	-	30 713
Variacão cambial	-	-	24 971	24 971
Doações	-	36	-	36
Constituição de reservas	-	67 617	-	67 617
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>408 091</b>	<b>2 441 967</b>	<b>(30 857)</b>	<b>2 819 201</b>

Durante os anos de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nestas rubricas na Fundação foram os seguintes:

(10<sup>3</sup> Euros)

Reservas de justo valor				
	Empresas subsidiárias	Activos financeiros não correntes	Outras reservas	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>650 623</b>	<b>1 858</b>	<b>1 995 110</b>	<b>2 647 591</b>
Alterações de justo valor	42 102	511	-	42 613
Constituição de reservas	-	-	44 859	44 859
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>692 725</b>	<b>2 369</b>	<b>2 039 969</b>	<b>2 735 063</b>
Alterações de justo valor	74 119	6 442	-	80 561
Doações	-	-	36	36
Constituição de reservas	-	-	28 418	28 418
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>766 844</b>	<b>8 811</b>	<b>2 068 423</b>	<b>2 844 078</b>

A reserva de justo valor em 2008 e 2007, no Consolidado e na Fundação, explica-se da seguinte forma:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Empresas subsidiárias	-	-	766 844	692 725
Activos financeiros não correntes	408 091	377 378	8 811	2 369
	<b>408 091</b>	<b>377 378</b>	<b>775 655</b>	<b>695 094</b>

A variação da reserva de justo valor em 2008 e 2007, no Consolidado e na Fundação explica-se da seguinte forma:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>377 378</b>	<b>335 149</b>	<b>695 094</b>	<b>652 481</b>
Variacão do justo valor	31 318	51 045	80 561	42 613
Alienações do exercício	(605)	(8 816)	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>408 091</b>	<b>377 378</b>	<b>775 655</b>	<b>695 094</b>

Na "Reserva de justo valor" registam-se as variações acumuladas no justo valor existentes à data de balanço referentes aos Activos financeiros não correntes e aos Investimentos em empresas subsidiárias.

Na rubrica "Variacão cambial" de consolidação, está relevado o montante da variação em moeda nacional do capital das empresas consolidadas expresso em moeda estrangeira decorrente da alteracão do câmbio respectivo.

As taxas de câmbio utilizadas na preparacão das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

Moeda	Taxas em 2008		Taxas em 2007	
	Câmbio final	Câmbio médio	Câmbio final	Câmbio médio
Dólar - USD	1,3917	1,4726	1,4721	1,3797
Libra - GBP	0,9525	0,8026	0,7334	0,6873
Franco Suíço - CHF	1,4850	1,5786	1,6547	1,6459
Real Brasileiro - BRL	3,2436	2,6774	2,5963	2,6521

## Nota 24

### Provisões

A rubrica "Provisões" é assim detalhada:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Provisão para planos de pensões	203 704	218 031	201 359	215 437
Provisão para outros benefícios aos empregados	4 353	4 427	2 587	2 814
Outras provisões	366	-	-	-
	<b>208 423</b>	<b>222 458</b>	<b>203 946</b>	<b>218 251</b>

### Provisão para planos de pensões

A Fundação assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no "Regulamento do Plano de Pensões do Pessoal" (1979) e no "Plano de Pensões" (1997).

Estas pensões destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

O número de participantes abrangidos por estes planos de pensões é o seguinte:

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Activos	490	502	486	498
Pré-reformados	68	72	68	72
Reformados	939	942	934	935
	<b>1 497</b>	<b>1 516</b>	<b>1 488</b>	<b>1 505</b>

Os movimentos relativos a provisões para os planos de pensões são assim detalhados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>218 031</b>	<b>218 851</b>	<b>215 437</b>	<b>216 326</b>
Dotação do exercício	2 741	13 990	2 564	13 811
Utilizações de provisões	(16 780)	(16 523)	(16 553)	(16 284)
Diferenças cambiais	(16)	12	-	-
Transferências	(272)	1 701	(89)	1 584
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>203 704</b>	<b>218 031</b>	<b>201 359</b>	<b>215 437</b>

A rubrica "Transferências" refere-se ao montante de perdas actuariais consideradas em Devedores, no corredor do Plano de Pensões, que se situam dentro do limite do mesmo.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as responsabilidades por serviços passados associados a estes planos de pensões são as seguintes:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>218 031</b>	<b>218 851</b>	<b>215 437</b>	<b>216 326</b>
Custo dos serviços correntes	2 344	2 088	2 284	2 037
Custo dos juros	10 633	10 129	10 507	10 012
Benefícios pagos	(16 793)	(16 508)	(16 553)	(16 284)
Perdas/(ganhos) actuariais	(10 511)	3 471	(10 316)	3 346
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>203 704</b>	<b>218 031</b>	<b>201 359</b>	<b>215 437</b>
<b>Responsabilidade por serviços futuros</b>	<b>194 878</b>	<b>191 774</b>	<b>194 204</b>	<b>191 016</b>

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, foram alterados os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2008.



A análise comparativa dos pressupostos actuariais é a seguinte:

	2008	2007
Taxa de crescimento dos salários	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,00%
<b>Tábuas de mortalidade</b>		
Masculina	TV 73/77(M)	TV 73/77(M)
Feminina	TV 88/90(F)	TV 88/90(F)
<b>Tábua de invalidez</b>	EKV 80	EKV 80
Método de valorização actuarial	<i>Unit credit projectado</i>	

Os ganhos actuariais líquidos do exercício de 2008, nos montantes de € 10 511 000 e de € 10 316 000, no Consolidado e na Fundação, devem-se essencialmente à alteração da taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades. Esta situação implicou ganhos actuariais nos montantes de € 10 723 000 e de € 10 631 000 no Consolidado e na Fundação respectivamente.

Em 2008, no Consolidado e na Fundação contabilizaram-se, como custos com pensões de reforma, os montantes de € 2 741 000 (2007: € 13 990 000) e de € 2 564 000 (2007: € 13 811 000).

Os movimentos ocorridos na rubrica "Corredor do plano de pensões" relacionados com pensões para os anos de 2008 e 2007 são assim detalhados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>21 822</b>	<b>20 121</b>	<b>21 633</b>	<b>20 049</b>
Transferências	(272)	1 701	(89)	1 584
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>21 550</b>	<b>21 822</b>	<b>21 544</b>	<b>21 633</b>

### Provisão para outros benefícios aos empregados

A Provisão para outros benefícios aos empregados respeita a compromissos com a Segurança Social durante o período

de pré-reforma ou reforma antecipada e indemnizações relativas ao termo de contratos de trabalho de trabalhadores no estrangeiro.

Os movimentos relativos a outras provisões são assim detalhados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>4 427</b>	<b>6 176</b>	<b>2 814</b>	<b>4 365</b>
Reforço de provisões	408	289	278	-
Redução de provisões	-	(1 329)	-	(1 047)
Utilização de provisões	(579)	(504)	(505)	(504)
Diferenças cambiais	97	(205)	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>4 353</b>	<b>4 427</b>	<b>2 587</b>	<b>2 814</b>

### Outras provisões

Os movimentos relativos a "Outras provisões" são assim detalhados:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	-	-	-	-
Reforço de provisões	346	-	-	-
Diferenças cambiais	20	-	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>366</b>	-	-	-

As "Outras provisões" no montante de € 366 000 respeitam a contingências decorrentes de exigências das autoridades do Cazaquistão.

### Nota 25

#### *Credores e outros passivos não correntes*

A rubrica "Credores e outros passivos não correntes", no montante de € 1 006 000, refere-se a projectos sociais a serem pagos durante o ano de 2010 no âmbito da concessão do bloco petrolífero em Angola.

## Nota 26

### *Subsídios e bolsas*

A rubrica "Subsídios e bolsas" no montante de € 7 814 000 (2007: € 6 989 000), corresponde aos subsídios e bolsas já autorizados pela Administração mas que ainda se encontram por pagar, por razões não imputáveis à Fundação.

## Nota 27

### *Credores e outros passivos correntes*

A rubrica "Credores e outros passivos correntes" é assim detalhada:

	(10 <sup>3</sup> Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Credores (interesses petrolíferos)	71 412	78 404	-	-
Fornecedores de locação financeira	1 104	933	1 104	933
<b>Credores diversos</b>				
Fornecedores	3 402	3 046	3 402	3 046
Estado	3 850	3 599	952	1 807
Custos a pagar	6 821	7 276	5 872	6 208
Receitas com proveito diferido	1 012	966	1 012	966
Outros credores	10 777	14 361	1 955	1 692
	<b>98 378</b>	<b>108 585</b>	<b>14 297</b>	<b>14 652</b>

A rubrica "Fornecedores de locação financeira", pelo prazo de vencimento, é assim detalhada:

	(10 <sup>3</sup> Euros)		
	Total	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
	2008		
Capital	1 104	379	725
Juros	103	48	55
<b>Rendas</b>	<b>1 207</b>	<b>427</b>	<b>780</b>

(10<sup>3</sup> Euros)

	Total	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
	2007		
Capital	933	363	570
Juros	68	33	35
<b>Rendas</b>	<b>1 001</b>	<b>396</b>	<b>605</b>

## Nota 28

### *Transacções com partes relacionadas*

O valor das transacções da Fundação em base individual e anulado na consolidação com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisado como segue:

	(10 <sup>3</sup> Euros)				
	Activos	Passivos	Garantias	Custos	Proveitos
2008					
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	30 538	-	4 952	-	30 538
Participations and Explorations Corporation	43	-	-	-	-
	<b>30 581</b>	<b>-</b>	<b>4 952</b>	<b>-</b>	<b>30 538</b>

(10<sup>3</sup> Euros)

	(10 <sup>3</sup> Euros)				
	Activos	Passivos	Garantias	Custos	Proveitos
2007					
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	22 922	-	3 703	-	22 009
Participations and Explorations Corporation	38	-	-	-	-
	<b>22 960</b>	<b>-</b>	<b>3 703</b>	<b>-</b>	<b>22 009</b>

## Nota 29

### *Justo valor de activos e passivos financeiros*

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não se verificam diferenças entre o valor contabilístico e o justo valor de activos e passivos financeiros.

### Nota 30

#### Compromissos

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os compromissos no Consolidado e na Fundação são analisados como segue:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2008	2007	2008	2007
Garantias bancárias	15 644	16 638	5 172	3 923
Compromissos regováveis	15 273	40 819	15 273	14 319
	<b>30 917</b>	<b>57 457</b>	<b>20 445</b>	<b>18 242</b>

As Garantias bancárias incluem o montante de € 15 424 000 (2007: € 16 418 000) referentes a "performance guarantees" emitidas por diversos bancos relativamente a compromissos assumidos pelas concessões no Brasil e Angola.

O Grupo assumiu um compromisso com o governo da República do Casaquistão em que a Partex (Kazakhstan) Corporation cumprirá as suas obrigações em relação à concessão do Dunga.

Os Compromissos regováveis dizem respeito à subscrições a efectuar em fundos de investimentos fechados.

Em 2008 a Fundação celebrou um contrato de locação operacional com a SCI relativamente às instalações do Centro Cultural Calouste Gulbenkian em Paris.

O detalhe das rendas vincendas da locação operacional são apresentadas como segue:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Consolidado		Fundação	
			2008	
De 1 ano até 5 anos	4 408		4 408	
Mais de 5 anos	7 092		7 092	
	<b>11 500</b>		<b>11 500</b>	

### Nota 31

#### Gestão dos riscos de actividade

A Fundação possui investimentos na área do Petróleo e do Gás e em instrumentos financeiros. Desta forma, a Fundação encontra-se exposta a vários riscos, dos quais se destacam, risco operacional, risco de mercado, risco cambial e risco de liquidez.

#### Risco operacional

O Grupo participa activamente na exploração e produção de petróleo e gás, e desta forma incorre no risco de a sua actividade não obter sucesso.

#### Risco de mercado

O risco de mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa dos preços do crude e gás natural, taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções. Os interesses petrolíferos da Fundação concentram-se principalmente no Médio Oriente e no Brasil. A produção de crude e gás natural é vendida através de contratos celebrados anualmente, os quais permitem reduzir a exposição a flutuações de curto prazo. A Fundação supervisiona a gestão do risco associado aos seus Activos e Passivos financeiros.

#### Risco cambial

O risco cambial surge quando uma entidade realiza transacções numa moeda diferente da sua moeda funcional. A Fundação tem como moeda funcional o euro, enquanto que a maioria das suas subsidiárias tem como moeda funcional o dólar americano.

A repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por moeda, no Consolidado é analisada como segue:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Valor de Balança	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra Esterlina	Outras moedas
<b>2008</b>					
<b>ACTIVO</b>					
Activos financeiros não correntes	547 310	476 313	70 997	–	–
Adiantamentos	69 350	10 366	58 984	–	–
Activos financeiros correntes	1 499 604	930 151	402 994	93 387	73 072
Outras aplicações de tesouraria	225 883	164 059	56 833	512	4 479
Caixa e equivalentes de caixa	129 942	12 640	116 299	1 003	–
	<b>2 472 089</b>	<b>1 593 529</b>	<b>706 107</b>	<b>94 902</b>	<b>77 551</b>
<b>PASSIVO</b>					
Passivos financeiros correntes	<b>25 121</b>	<b>298</b>	<b>669</b>	<b>1 806</b>	<b>22 348</b>

(10<sup>3</sup> Euros)

	Valor de Balança	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra Esterlina	Outras moedas
<b>2007</b>					
<b>ACTIVO</b>					
Activos financeiros não correntes	484 758	100 183	384 575	–	–
Adiantamentos	59 560	11 084	48 476	–	–
Activos financeiros correntes	2 074 741	877 263	964 538	128 396	104 544
Outras aplicações de tesouraria	121 615	110 098	(451)	10 079	1 889
Caixa e equivalentes de caixa	104 162	63 895	39 898	369	–
	<b>2 844 836</b>	<b>1 162 523</b>	<b>1 437 036</b>	<b>138 844</b>	<b>106 433</b>
<b>PASSIVO</b>					
Passivos financeiros correntes	<b>4 634</b>	<b>457</b>	<b>3 064</b>	<b>392</b>	<b>721</b>

A repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por moeda, na Fundação é analisada como segue:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Valor de Balço	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra Esterlina	Outras moedas
<b>2008</b>					
<b>ACTIVO</b>					
Investimentos em empresas subsidiárias	765 346	–	765 322	24	–
Activos financeiros correntes	1 499 604	930 151	402 994	93 387	73 072
Outras aplicações de tesouraria	225 883	164 059	56 833	512	4 479
Caixa e equivalentes de caixa	2 209	1 231	(25)	1 003	–
	<b>2 493 042</b>	<b>1 095 441</b>	<b>1 225 124</b>	<b>94 926</b>	<b>77 551</b>
<b>PASSIVO</b>					
Passivos financeiros correntes	<b>25 121</b>	<b>298</b>	<b>669</b>	<b>1 806</b>	<b>22 348</b>

(10<sup>3</sup> Euros)

	Valor de Balço	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra Esterlina	Outras moedas
<b>2007</b>					
<b>ACTIVO</b>					
Investimentos em empresas subsidiárias	692 806	–	692 774	32	–
Activos financeiros correntes	2 074 741	877 263	964 538	128 396	104 544
Outras aplicações de tesouraria	121 615	110 098	(451)	10 079	1 889
Caixa e equivalentes de caixa	792	401	22	369	–
	<b>2 889 954</b>	<b>987 762</b>	<b>1 656 883</b>	<b>138 876</b>	<b>106 433</b>
<b>PASSIVO</b>					
Passivos financeiros correntes	<b>4 634</b>	<b>457</b>	<b>3 064</b>	<b>392</b>	<b>721</b>

## Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz-se na incapacidade da Fundação em obter os meios de financiamento necessários para a precursão das suas actividades. A Fundação considera que o risco de liquidez é reduzido.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos e passivos do Consolidado têm o seguinte escalonamento:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
<b>2008</b>						
<b>ACTIVO</b>						
Activos financeiros não correntes	547 310	–	–	–	99 166	448 144
Adiantamentos	69 350	–	1 410	6 172	61 768	–
Activos financeiros correntes	1 499 604	140 071	103 453	385 805	253 427	616 848
Outras aplicações de tesouraria	225 883	225 883	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	129 942	129 942	–	–	–	–
	<b>2 472 089</b>	<b>495 896</b>	<b>104 863</b>	<b>391 977</b>	<b>414 361</b>	<b>1 064 992</b>
<b>PASSIVO</b>						
Passivos financeiros correntes	<b>25 121</b>	<b>24 836</b>	–	<b>285</b>	–	–

(10<sup>3</sup> Euros)

	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
<b>2007</b>						
<b>ACTIVO</b>						
Activos financeiros não correntes	484 758	–	–	–	82 469	402 289
Adiantamentos	59 560	–	–	7 671	51 889	–
Activos financeiros correntes	2 074 741	95 129	30 929	266 362	226 120	1 456 201
Outras aplicações de tesouraria	121 615	121 615	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	104 162	104 162	–	–	–	–
	<b>2 844 836</b>	<b>320 906</b>	<b>30 929</b>	<b>274 033</b>	<b>360 478</b>	<b>1 858 490</b>
<b>PASSIVO</b>						
Passivos financeiros correntes	<b>4 634</b>	<b>3 992</b>	<b>642</b>	–	–	–

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos e passivos da Fundação têm o seguinte escalonamento:

(10<sup>3</sup> Euros)

	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
<b>2008</b>						
<b>ACTIVO</b>						
Investimentos em empresas subsidiárias	765 346	–	–	–	–	765 346
Activos financeiros correntes	1 499 604	140 071	103 453	385 805	253 427	616 848
Outras aplicações de tesouraria	225 883	225 883	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	2 209	2 209	–	–	–	–
	<b>2 493 042</b>	<b>368 163</b>	<b>103 453</b>	<b>385 805</b>	<b>253 427</b>	<b>1 382 194</b>
<b>PASSIVO</b>						
Passivos financeiros correntes	<b>25 121</b>	<b>24 836</b>	–	<b>285</b>	–	–

(10<sup>3</sup> Euros)

	Valor de Balço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
						2007
<b>ACTIVO</b>						
Investimentos em empresas subsidiárias	692 806	–	–	–	–	692 806
Activos financeiros correntes	2 074 741	95 129	30 929	266 362	226 120	1 456 201
Outras aplicações de tesouraria	121 615	121 615	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	792	792	–	–	–	–
	<b>2 889 954</b>	<b>217 536</b>	<b>30 929</b>	<b>266 362</b>	<b>226 120</b>	<b>2 149 007</b>
<b>PASSIVO</b>						
Passivos financeiros correntes	<b>4 634</b>	<b>3 992</b>	<b>642</b>	–	–	–

**Nota 32***Impacto resultante da reinterpretação das normas contabilísticas*

No decorrer do exercício de 2008, a Fundação procedeu à reinterpretação de algumas normas contabilísticas, da qual resultou a consolidação pelo método proporcional da participação no Mukhaizna Oil Field, que se encontrava anteriormente valorizada ao justo valor de acordo com a IAS 39 e da reexpressão dos adiantamentos efectuados a empresas com interesses petrolíferos, com base no método do custo amortizado.

Os referidos impactos no âmbito das IFRS e das respectivas notas às demonstrações financeiras consolidadas, podem ser analisadas da seguinte forma:

(10<sup>3</sup> Euros)

	<b>Consolidado</b>		
	Fundo de capital	Resultado líquido	Fundo de capital
	07/12/31	07/12/31	07/01/01
Valor anteriormente reportado	2 799 431	66 302	2 767 174
<b>Ajustamento:</b>			
Operação conjunta	(9 631)	–	(45 310)
Adiantamentos	(14 572)	1 315	(17 667)
<b>Total</b>	<b>(24 203)</b>	<b>1 315</b>	<b>(62 977)</b>
<b>Valores corrigidos</b>	<b>2 775 228</b>	<b>67 617</b>	<b>2 704 197</b>

Ao nível das demonstrações financeiras individuais da Fundação, o referido ajustamento teve impacto no valor da Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation, no montante de € 24 203 milhões a 31 de Dezembro de 2007.

### **Nota 33**

#### *Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas*

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Fundação ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

*IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas*

As alterações ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para as IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Fundação não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

*IFRS 2 (alterada) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição*

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração à IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração à IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em

acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non-vesting conditions* e (ii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

A Fundação não espera que a IFRS 2 alterado tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

*IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas*

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e uma alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo



as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações à IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão da IFRS 3 e a alteração da IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

A Fundação não espera que a IFRS 3 alterada não tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

#### *IFRS 8 – Segmentos operacionais*

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, a qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

A IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A Fundação não espera que a IFRS 3 alterada não tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

#### *IAS 1 (alterado) – Apresentação de demonstrações financeiras*

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007 a IAS 1 (alterada) – Apresentação de demonstrações financeiras, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IAS 1 (alterada) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de *comprehensive income*.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Fundação decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

A Fundação encontra-se a avaliar o impacto das alterações impostas pela IAS 1 ao nível das suas demonstrações financeiras.

#### *IAS 23 (alterada) – Custos de empréstimos obtidos*

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2007

a IAS 23 (alterada) – Custos de empréstimos obtidos, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A Fundação não espera que esta alteração à IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

*Alteração à IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação*

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração à IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘puttable’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos da IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda à sua reacquirição (instrumentos ‘puttable’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos

financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

A IASB alterou ainda a IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração à IAS 32 venha a ter impacto ao nível das demonstrações financeiras da Fundação.

*Alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura*

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

Não se prevê que a presente alteração à IAS 39 venha a ter impacto ao nível das demonstrações financeiras da Fundação.

*IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes*

A IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes foi emitida em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo

por isso apenas relevante para a Fundação a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A Fundação não espera que a IFRIC 13 tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

#### *IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis*

A IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito da IAS 18 – Reconhecimento de proveitos ou da IAS 11 – Contratos de construção, sendo expectável que da IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A Fundação não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

#### *IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira*

A IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- › a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações

financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;

- › o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- › aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A Fundação não espera que a adopção desta norma tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

#### *IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas*

A IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Fundação não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

## *IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes*

A IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- › as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- › o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- › a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- › o reconhecimento de proveitos;
- › a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Fundação não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

## *Annual Improvement Project*

Em Maio de 2008, a IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas então em vigor.

As principais alterações decorrentes do Annual Improvement Project resumem-se como segue:

- › Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não

correntes detidos para venda de acordo com a IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras da Fundação;

- › Alteração à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A Fundação está a analisar os efeitos nas demonstrações financeiras da entrada em vigor desta alteração;

- › Alteração à IAS 16 – Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. Esta alteração à IAS 16 não terá impacto nas demonstrações financeiras da Fundação;

- › Alteração à IAS 19 – Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A Fundação está a analisar os efeitos nas demonstrações financeiras da entrada em vigor desta alteração;

- › Alteração à IAS 20 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de

um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com a IAS 20. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Fundação;

› Alteração à IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado na IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre a IAS 23 e a IAS 39. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras da Fundação;

› Alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com a IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito da IAS 39. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Fundação;

› Alteração à IAS 28 – Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um

investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz da IAS 36 – Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Fundação;

› Alteração à IAS 38 – Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos nas contas da Fundação;

› Alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente às quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem

ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação da IFRS 8 – Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A Fundação não espera actualmente impactos decorrentes da sua adopção;

› Alteração à IAS 40 – Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito da IAS 40 (antes abrangidas pela IAS 16 – Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. Actualmente, esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Fundação.

# Relatório dos Auditores

## Certificação legal das contas consolidadas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Fundação Calouste Gulbenkian**, as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 2.737.177 milhares de euros e um total de fundo de capital de 2.396.435 milhares de euros, incluindo uma transferência para o fundo de capital negativa de 434.513 milhares de euros), a Demonstração consolidada das operações, o Mapa dos movimentos do fundo de capital e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no seu fundo de capital consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- › a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- › a verificação das operações de consolidação;
- › a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- › a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- › a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Fundação Calouste Gulbenkian em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa e as alterações no fundo de capital consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 22 de Maio de 2009

KPMG & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
representada por  
Jean-Éric Gaign  
(ROC n.º 1013)



# Relatório dos Auditores

## Certificação legal das contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Fundação Calouste Gulbenkian**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 2.647.613 milhares de euros e um total de fundo de capital de 2.396.435 milhares de euros, incluindo uma transferência para o fundo de capital negativa de 459.390 milhares de euros), a Demonstração individual das operações, o Mapa dos movimentos do fundo de capital e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu fundo de capital e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- › a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- › a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- › a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- › a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação Calouste Gulbenkian** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no fundo de capital no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 22 de Maio de 2009

KPMG & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
representada por  
Jean-Éric Gaign  
(ROC n.º 1013)